

A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO AUDITOR  
NA QUALIDADE DA AUDITORIA

Flávia Fernandes Machado

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Contabilidade

Orientador:

Professor Doutor Cláudio António Figueiredo Pais, Professor Auxiliar,  
ISCTE Business School, Departamento de Contabilidade

outubro 2019

## **Resumo**

A qualidade da auditoria tem assumido uma crescente importância na literatura. A auditoria é inerentemente um processo de julgamento e de tomada de decisão que, em última análise, está dependente da qualidade dos pareceres do auditor. Neste sentido, este estudo analisa o impacto das características do auditor na qualidade da auditoria, nas maiores empresas cotadas europeias entre 2013 e 2017. A qualidade da auditoria é mensurada por uma medida baseada no *output*, a qualidade dos resultados e, por uma medida baseada no *input*, o valor dos honorários. As características dos auditores em estudo são: género, grau académico, área de formação académica e experiência profissional.

A amostra de 534 observações permite concluir que, as mulheres estão associadas a uma menor gestão dos resultados comparativamente a auditores do sexo masculino e, são cobrados valores mais elevados de honorários quando o auditor tem um maior grau académico. Para as restantes características do auditor, anos de experiência e área de formação académica, não se concluiu que influenciem a qualidade da auditoria.

Com este estudo pretendo demonstrar que a qualidade da auditoria não se restringe apenas à qualidade e reputação da empresa auditora. Atendendo que a empresa auditada tem a oportunidade de intervir na qualidade da auditoria com base no auditor que contratam, este estudo contribui para a literatura numa análise das características dos auditores que podem interferir na qualidade da auditoria. Portanto, é importante estudar se as características dos auditores limitam a gestão dos resultados e, se afetam os honorários cobrados.

**Classificação JEL: G30; M42**

**Palavras-chave:** Qualidade da auditoria, características do auditor, gestão dos resultados, honorários

***Abstract***

The quality of an audit is a matter of increasing relevance on current literature. The audit is inherently a process of judgement and deliberation which is ultimately dependent on the quality of the auditor's reports. In this regard, the present study analyses the impact of the auditor's characteristics on the audit's quality, in the highest listed European companies between 2013 and 2017. An audit's quality is evaluated through a measure based on its output, the earnings quality, and a measure based on its input, the value of the fees. The characteristics of the auditors in study are: gender, academic degree, field of academic qualification and professional experience.

The sample of 534 observations allows to conclude that women are associated with a lower earnings management compared to male auditors and, higher fees are charged when the auditor has higher academic qualification. As to the rest of the auditor's characteristics, it was concluded that none of them would influence the audit's quality.

With the present study I intend to demonstrate that the audit's quality does not concern only the quality and reputation of the auditing company. Since the audited company has the opportunity to intervene on the audit's quality based on the auditor who is hired, this study contributes to the current literature in an analysis of the auditor's characteristics which are possible to interfere with the audit's quality. Therefore, it is important to study if the characteristics of an auditor limit the earnings management and if they influence the charged fees.

**JEL Classification: G30; M42**

**Keywords:** Audit Quality, auditor characteristics, earnings management, fees

## **Agradecimentos**

Primeiramente, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Cláudio Pais, por todo o apoio. Agradeço a sua orientação, visão crítica e colaboração no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo durante a realização deste trabalho.

Um agradecimento muito especial aos meus pais, por toda a ajuda, motivação incondicional, apoio e total encorajamento nos momentos mais cruciais desta etapa. Por todas as palavras certas que me davam força para continuar.

Por último, tendo consciência que sozinha nada disto teria sido possível, agradeço aos meus amigos e colegas de trabalho pelo companheirismo, pelos conselhos preciosos e, por terem sempre uma palavra de apoio e incentivo.

*“If you do not expect the unexpected you will not find it.”*

## Índice

1. Introdução.....	1
2. Revisão de literatura.....	5
3. Metodologia.....	15
3.1 Amostra.....	16
3.2 Mensuração da qualidade de auditoria.....	17
3.3 Desenho da investigação.....	20
4. Resultados.....	25
4.1 Análise Descritiva.....	25
4.2 Análise Multivariada.....	30
5. Conclusão.....	36
6. Bibliografia.....	38

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Descrição da amostra.....	17
Tabela 2 - Estatísticas descritivas.....	27
Tabela 3 - Coeficientes de correlação de Pearson e de Spearman.....	29
Tabela 4 - Resultados da regressão do modelo da qualidade da auditoria .....	34

## 1. Introdução

Com este estudo pretendo verificar se as características do auditor podem interferir na qualidade de auditoria das empresas europeias cotadas, para o período de 2013 a 2017. O estudo da relação entre os auditores e a qualidade da auditoria é pertinente, uma vez que, a auditoria externa dentro das organizações assegura a fiabilidade da informação divulgada, o que é importante para a tomada de decisões dos *stakeholders* e investidores (Schelker, 2013). De uma forma mais específica, pretendo (i) avaliar as características individuais dos auditores, de acordo com o género, formação académica e experiência profissional e (ii) estudar quais destas características influenciam a qualidade da auditoria. O foco deste estudo recai sobre os auditores responsáveis. Estes auditores têm um maior nível de independência e responsabilidade nas decisões tomadas que, conseqüentemente, se traduz num maior peso na garantia da conformidade das demonstrações financeiras do cliente (Knechel, Niemi & Zerni, 2013).

A auditoria não é mais do que a comunicação do auditor ao cliente e, a todas as partes interessadas, sobre a situação atual da empresa auditada, após uma análise detalhada aos procedimentos internos da empresa. (Geiger & Raghunandan, 2002). Assim, o termo qualidade da auditoria está relacionado com o conteúdo das informações divulgadas pela empresa, na medida em que as partes interessadas têm entendimento suficiente sobre o desempenho da empresa (Salehi, Bahrami, & Alizadeh, 2016).

Face às recorrentes alterações no tecido empresarial, que interferem na confiança dos utilizadores na informação financeira divulgada, a auditoria assume um papel na garantia da qualidade dos resultados financeiros divulgados. Por vezes, os resultados da empresa são alvo de gestão por parte da administração. Os relatórios financeiros são alterados com o objetivo de falsear o desempenho financeiro da empresa e influenciar os resultados contratuais, que dependem dos valores contabilísticos divulgados nas informações financeiras (Schipper, 1989). Nestas situações, a auditoria é essencial na deteção de uma gestão oportunista de resultados, transmitindo uma maior segurança sobre a informação financeira divulgada (Healy & Wahlen, 1999). Neste sentido, este estudo mensura a qualidade de auditoria por uma medida baseada no seu *output*: a qualidade dos resultados. Lim e Tan (2010) revelam que a qualidade da auditoria pode também ser mensurada pelo valor dos honorários. Os valores cobrados da auditoria estão intuitivamente relacionados com o nível de esforço e, são frequentemente utilizados para testar se uma maior qualidade da auditoria está associado um maior nível de honorários (Seetharaman,

Gul & Lynn, 2002). Um possível litígio faz com que os auditores avaliem continuamente a sua exposição a ações judiciais e incorporem essa avaliação ao planeamento e aos custos cobrados pela auditoria (Menon & Williams, 1994). Neste sentido, a qualidade da auditoria é também mensurada neste estudo por uma medida baseada no seu *input*: os honorários da auditoria. Para estudar o modelo em análise é utilizado dois métodos: o método dos mínimos quadrados e o método *stepwise*.

Anteriormente, os estudos centravam a qualidade da auditoria na perspectiva de avaliação da empresa auditora (Francis, 2004). Contudo, a importância do papel individual do auditor na qualidade da auditoria foi recebendo ao longo dos anos uma atenção crescente. Desta forma, Church, Davis e McCracken (2008) suportam a existência de mais estudos sobre a possível relação entre as características individuais do auditor e a qualidade dos relatórios de auditoria. Francis (2004) acredita que os auditores desempenham um papel essencial no fracasso e sucesso da auditoria.

DeAngelo (1981) define a qualidade da auditoria como a probabilidade conjunta avaliada pelo mercado de o auditor conseguir (i) descobrir uma anormalidade no sistema contabilístico do cliente e (ii) de reportar essa violação. Esta definição faz referência a dois aspetos importantes da auditoria: primeiro, quanto às competências e capacidades do auditor que são determinantes na sua capacidade de deteção de distorções; e, segundo, quanto à independência do auditor que determina a reação do auditor quando deteta uma distorção (Knechel, 2009). Face à sua importância, o papel do auditor, as suas capacidades, qualidades pessoais e competências, são cada vez mais estudados como fatores determinantes na avaliação da qualidade da auditoria (Financial Reporting Council (FRC), 2006). Numa auditoria, vários atributos pessoais do auditor (como por exemplo, competências e personalidade) influenciam o resultado da auditoria (Nelson & Tan, 2005). Mahdavi e Houshmand (2012) defendem que os principais fatores que influenciam a qualidade dos resultados são as características individuais dos auditores e, contrariamente ao expectável, os princípios contabilísticos adotados pela empresa e, verificados pela empresa auditora, não interferem na qualidade dos resultados. Os mesmos autores defendem que, os padrões éticos e o nível de formação dos colaboradores das empresas auditoras são determinantes na qualidade dos resultados.

Neste estudo serão desenvolvidas quatro hipóteses, dedicadas a cada uma das quatro diferentes características, as quais podem interferir nas capacidades de desempenho do auditor e, conseqüentemente, na qualidade da auditoria. Primeiro é estudada a relação entre a experiência profissional dos auditores e a qualidade da auditoria. A experiência profissional é reconhecida como sendo um dos principais condutores da qualidade da auditoria (Financial Reporting Council (FRC), 2006), uma vez que, é esperado que a experiência tenha um impacto positivo no conhecimento, no julgamento e, conseqüentemente, no desempenho profissional (Lim & Tan, 2010; Sarah & Lewis, 1990; Simnett, 1996). É possível afirmar que a experiência interfere na eficiência das tarefas realizadas, na medida em que auditores experientes tendem a alcançar uma decisão relevante mais rapidamente, comparativamente a auditores inexperientes (Libby & Frederick, 1990).

A segunda hipótese está esta relacionada com a diferença dos gêneros dos auditores. As capacidades cognitivas, o conservadorismo, a confiança e a tolerância ao risco são características que diferem entre auditores do sexo feminino e masculino e, que conseqüentemente, podem interferir no processo de auditoria e nos julgamentos dos auditores, afetando a qualidade da informação financeira auditada (Ittonen, Vähämaa & Vähämaa, 2013). A terceira hipótese centra-se no nível de educação formal (licenciatura, mestrado ou doutoramento) para conseguir distinguir quais as diferenças no nível de conhecimento geral do auditor (Bröcheler, Maijor, & Witteloostuijn, 2004). O grau académico do auditor aumenta o seu conhecimento geral e, as capacidades teóricas e práticas a aplicar em diferentes circunstâncias (Eraut, 2012).

Por último, a quarta hipótese estuda a relação entre a área de formação académica do auditor e a qualidade da auditoria. Estudos empíricos demonstram que auditores formados nas áreas de contabilidade e auditoria são mais bem-sucedidos no seu papel desempenhado, uma vez que, a sua área de formação permite desenvolver habilidades e competências mais relevantes para o trabalho como auditor. Vafeas (2009) argumenta que o mercado tem uma reação mais favorável quando o auditor responsável é formado na área de contabilidade ou auditoria, comparativamente às outras áreas de formação.

Como a maioria dos estudos realçam a relação entre a qualidade de auditoria e a especialização dos auditores numa determinada indústria, como por exemplo (Balsam, Krishnan, & Yang, 2003; Jaggi, Mitra, & Hossain, 2015; Reichelt & Wang, 2010), pretendo com este estudo demonstrar que a qualidade não depende apenas do conhecimento especializado numa

determinada área, mas também está relacionada com o conhecimento académico do auditor e com o gênero do auditor.

A amostra deste estudo é composta por 534 observações, com base nas maiores empresas cotadas europeias, entre o período de 2013 e 2017. A escolha desta amostra deve-se ao facto destas empresas terem, organizacionalmente, a posse e a gestão separadas, o que torna o papel assumido pela auditoria externa bastante relevante na supervisão das mesmas (Francis, 2004). As principais conclusões evidenciam que o gênero e a formação académica influenciam significativamente a qualidade da auditoria. Consegue-se obter uma evidência estatística que auditorias em que o auditor responsável é do sexo feminino apresentam uma menor gestão dos resultados. Adicionalmente, consegue-se ainda obter evidência estatística que os honorários cobrados são tanto mais elevados quanto maior o grau académico do auditor. Por último, os resultados permitem concluir que a área de formação e a experiência não têm efeitos na qualidade da auditoria.

Entendo que a pertinência deste estudo se deve, à ausência de estudos que relacionem a qualidade de uma de auditoria a quatro características dos auditores, experiência profissional, gênero, grau académico e formação académica, em simultâneo. Este estudo pretende contribuir para a literatura com a análise do impacto que a qualidade da auditoria tem no valor dos honorários cobrados e na gestão dos resultados, consequentemente relacionada com as características dos auditores. Pretendo sublinhar a importância da independência do auditor neste estudo. Todas as decisões tomadas têm por base a análise e verificação dos elementos contabilísticos e financeiros, que não deverá ser afetada por condicionalismos que comprometam a independência do auditor.

Após este capítulo introdutório o estudo encontra-se estruturado como se segue. No segundo capítulo apresenta-se um breve enquadramento teórico sobre a qualidade da auditoria, como os resultados podem ser influenciados pelas características individuais dos auditores e, a definição das hipóteses em estudo, com a respetiva justificação. No terceiro capítulo é descrita a amostra, a metodologia utilizada neste estudo e apresentado o desenho da investigação. No quarto capítulo discutem-se os principais resultados obtidos. E, por fim, são apresentadas as conclusões, limitações e sugestões para futuros estudos no quinto capítulo.

## **2. Revisão de literatura**

Muitos estudos foram realizados até ao momento a fim de descobrir os fatores determinantes na qualidade de uma auditoria, mas trata-se de um tema sensível devido à natureza intangível deste conceito (Hassas & Jafari, 2007).

O termo qualidade da auditoria refere-se à precisão da informação fornecida aos investidores. De acordo com Palmrose (1988), a qualidade de uma auditoria reflete o nível de segurança das demonstrações financeiras e a probabilidade de não conterem distorções relevantes. DeFond e Zhang (2013) defendem que a qualidade da auditoria demonstra a qualidade dos relatórios financeiro da empresa. Especificamente este autor concluiu que, quanto maior a qualidade da auditoria, maior a garantia de que as demonstrações financeiras refletem fielmente a economia subjacente da empresa, condicionada pelas características do cliente e do seu sistema contabilístico.

Quando falamos em qualidade de auditoria é inevitável não relacionar este tema com o conceito de gestão de resultados (Reichelt & Wang, 2010). A gestão de resultados ocorre, quando os administradores recorrem a certos juízos de valor que deturpam os resultados financeiros obtidos pela empresa, com o objetivo de melhorarem a relevância da informação divulgada. Os administradores escolhem métodos e estimativas que não refletem adequadamente a realidade da empresa, sendo os resultados da empresa alvos de gestão por parte dos administradores (Healy & Wahlen, 1999).

De acordo com Schipper (1989), a gestão de resultados consiste na elaboração de relatórios financeiros não neutros de forma intencional por parte da administração da empresa, com o objetivo de produzir algum benefício privado. O estudo realizado por Nelson, Elliott e Tarpley (2002) identificou diversas motivações para a gestão de resultados por parte dos administradores, como a necessidade de atingir as metas estabelecidas, influenciar o mercado de ações, comunicar informações económicas às partes interessadas e, aumentar o rendimento do ano corrente ou melhorar os rendimentos futuros. Relativamente a esta temática, surgem duas perspetivas diferentes. As demonstrações financeiras podem sofrer distorções oportunistas por parte dos gestores ou, por outro lado, podem sofrer distorções benéficas. Segundo Jiraporn, Miller, Yoon e Kim (2007), a gestão dos resultados, em média, não é utilizada de forma

oportunista. Este estudo indica que a gestão dos resultados não é prejudicial para o valor da empresa uma vez que, quanto maior for a gestão dos resultados, maior será o impacto positivo no valor da empresa. Contudo, devido às recorrentes distorções, a auditoria assume assim, um papel relevante na monitorização de possíveis conflitos de interesses, entre os gestores e os várias partes interessadas, nomeadamente investidores (Ryu & Roh, 2007).

A qualidade dos resultados da empresa refere-se ao grau que a informação contabilística transparece a realidade económica de empresa. Pelo que, se os utilizadores forem enganados com a informação dos lucros reportada, a alocação dos recursos pelos *stakeholders* será afetada (Healy & Wahlen, 1999). A qualidade da informação contabilística está intrinsecamente relacionada com a qualidade da auditoria e, inevitavelmente essa relação está dependente do desempenho do auditor e de todo o processo implícito de uma auditoria (DeFond & Zhang, 2013). Os auditores são determinantes na qualidade dos lucros divulgados devido ao seu papel de mitigação de erros intencionais e não intencionais presentes nos relatórios financeiros.

A capacidade dos auditores em identificar e reportar as distorções e a gestão dos resultados é determinante na garantia da qualidade da auditoria (Davidson & Neu, 1993). DeAngelo (1981) define a qualidade da auditoria como a probabilidade que o auditor tem em descobrir as falhas e os erros no sistema de contabilidade do cliente e, de reportar essas falhas no momento da emissão do relatório de auditoria. DeFond e Zhang (2013) defendem que a qualidade da auditoria reflete a qualidade dos relatórios financeiro da empresa. Mais especificamente, estes autores concluem que, quanto maior a qualidade da auditoria, maior a garantia de que as demonstrações financeiras refletem fielmente a economia subjacente da empresa, condicionada pelas características do cliente e do seu sistema contabilístico. Os auditores devem emitir uma opinião sem modificações quando concluem que as demonstrações financeiras do seu cliente foram preparadas, em todos os aspetos relevantes, de acordo com a estrutura do relatório financeiro (Hardies, Breesch & Branson, 2016). Contudo, evidências empíricas indicam que apenas 50% dos erros materialmente relevantes são reportados pelos auditores (Wright & Wright, 1997).

Para Tendeloo e Vanstraelen (2008), os auditores têm a incumbência de fornecer aos diferentes intervenientes a garantia da exatidão das demonstrações financeiras da empresa, a inexistência de fraude nas informações divulgadas e o estado de continuidade operacional da empresa. Este

papel toma uma relevância superior quando existe a possibilidade de o auditor emitir uma opinião que coloque em causa a continuidade operacional da empresa. (Costa, 2011). Os auditores enfrentam dois conjuntos de incentivos económicos ao avaliar o pressuposto da continuidade operacional. Primeiro, se os auditores emitirem uma opinião modificada a um cliente que continue as suas atividades durante o ano seguinte, os auditores têm um elevado risco de perder o cliente, assim como outros futuros clientes (Carcello & Neal, 2003). Numa outra perspetiva, se os auditores não emitirem uma opinião com modificações a um cliente que pede falência no período subsequente à auditoria, correm o risco de exposição a custos de litígio e perda de reputação (Krishnan & Krishnan, 1996). O auditor deve avaliar objetivamente os relatórios financeiros da empresa quando emite uma opinião da auditoria, e não ser influenciado pela pressão do cliente, de forma a conseguir emitir uma opinião limpa (DeFond, Raghunandan, & Subramanyam, 2002). Uma falha de auditoria implica uma perda preocupante de possíveis investidores e interfere no nível de confiança dos *stakeholders* (Boyle & Canning, 2005; Staubus, 2005; Tackett, Wolf, & Claypool, 2004).

Muitos estudos centram-se na independência dos auditores nas opiniões que emitem. De acordo com Arens, Elder, Beasley e Hegazy (2009), a independência está relacionada com a capacidade do auditor em ter uma opinião de auditoria imparcial aquando da avaliação dos resultados e da emissão do relatório de auditoria. Contrariamente ao que era expectável, Reynolds and Francis (2001) encontram evidências consistentes que demonstram que os auditores tendem a aumentar a sua independência nos casos de uma maior dependência financeira do cliente. Assim, para clientes de auditoria de maior dimensão, aqueles para os quais se espera que o auditor tivesse uma maior dependência financeira, tendem a ser reportados acréscimos significativamente menores quando comparados com clientes de menor dimensão. Os investigadores pressupõem que isto ocorre porque perdas de reputação e danos de litígio são, geralmente, maiores para clientes de maior dimensão, incentivando os auditores a serem mais conservadores no que respeita à continuidade (Payne, 2002).

É importante referir que os auditores acreditam que os acréscimos podem estar relacionados com uma maior probabilidade de futuros declínios no desempenho dos lucros ou de violações das normas contabilísticas, mas essas evidências não aumentam a frequência com que o auditor emite uma opinião na informação divulgada aos investidores (Bradshaw, Richardson, & Sloan, 2001). Por outro lado, Krishnan e Francis (1999) consideram que empresas com elevados

acréscimos têm uma maior probabilidade, aquando da auditoria, de ser emitida uma opinião modificada, particularmente quando as empresas auditoras pertencem ao grupo *BIG 4*<sup>1</sup> e, quando os acréscimos aumentam os rendimentos da empresa (Dobre, 2015).

Uma forma de medir a qualidade da auditoria é o período que o auditor é responsável por uma empresa. A curta permanência do auditor pode comprometer a competência da sua análise. O conhecimento sobre a empresa e a sua unidade de negócio tende a aumentar ao longo dos anos, mas a longa relação entre ambas as partes pode também interferir a independência do auditor, dado que os auditores desejam manter o cliente o tempo suficiente a recuperarem os custos iniciais de um novo cliente (Dye, 1991). A refutar esta ideia, Knechel e Vanstraelen (2007) demonstraram na sua pesquisa que o relacionamento de longo prazo entre o auditor e o cliente não prejudica a qualidade da auditoria. Este estudo evidenciou que a longa permanência do auditor não está relacionada com o aumento do número de erros, nos casos em que não é emitido uma opinião modificada de continuidade em empresas em falência, assim como as auditorias a empresas “saudáveis”, em que o auditor emite uma opinião modificada.

Há dois resultados observáveis no processo de auditoria: o relatório de auditoria, que é da inteira responsabilidade do auditor, e as demonstrações financeiras auditadas da empresa, que são da responsabilidade do cliente, mas que são analisadas no processo de auditoria. Pelo que, é inevitável não relacionar o auditor responsável à qualidade da auditoria, que é vista como o produto entre a competência e a independência do auditor, que por sua vez é determinado pela capacidade dos auditores em descobrirem os padrões de contabilidade e incentivos para relatarem as distorções (Gul, Wu, & Yang, 2013).

Como a auditoria é inerentemente um processo de julgamento e de tomada de decisão, a qualidade da auditoria, que é vista como a probabilidade do auditor descobrir e relatar uma distorção relevante nas demonstrações financeiras, depende da qualidade do julgamento e da decisão tomada pelo auditor (Knechel, 2000). De acordo com Caramanis e Lennox (2008), os incentivos de um auditor relatar ou corrigir erros dependem de fatores como o risco de litígio, os custos de reputação e a independência do auditor. No seguimento desta ideia, DeFond e

---

<sup>1</sup> Big 4 é a nomenclatura utilizada para referir as quatro maiores empresas especializadas em auditoria e consultoria internacionais, nomeadamente, a Deloitte Touch Tohmatsu, a PricewaterhouseCoopers (PWC), a Ernst & Young (EY) e a KPMG.

Zhang (2013) afirmam que, na ótica do auditor, a qualidade da auditoria é uma função entre a independência e as competências do auditor, sendo que a independência do auditor advém dos incentivos de reputação e litígios, e a competência refere-se à capacidade do auditor fornecer uma auditoria de qualidade. O estudo realizado por Church, Davis e McCracken (2008) sobre o modelo de relatório do auditor, sugere que o relatório de auditoria é influenciado diretamente pelo auditor que realiza a auditoria.

Os auditores precisam de executar diversas tarefas durante uma auditoria para formar uma opinião geral de garantia ou atestada. De acordo com Nelson e Tan (2005), vários atributos pessoais do auditor, como as habilidades e a personalidade, influenciam os resultados. A primeira dimensão referente às características dos auditores em estudo é a experiência profissional. A experiência do auditor é reconhecida como um dos fatores impulsionadores da qualidade da auditoria (Financial Reporting Council (FRC), 2006, 2008). De acordo com Farmer, Rittenberg e Trompeter (1987), auditores experientes têm uma menor probabilidade de concordar com o procedimento contabilístico adotado pelo cliente. Profissionais com uma elevada experiência detêm um amplo conhecimento e estruturas de pensamento mais desenvolvidas comparativamente a auditores inexperientes (Cahan & Sun, 2015). Numa outra perspectiva, Abdolmohammadi e Wright (1987) encontraram uma relação negativa entre a experiência do auditor e a probabilidade de o auditor propor um ajustamento na informação divulgada pela empresa.

A experiência do auditor é um processo de aprendizagem e desenvolvimento de boas condutas, que consequentemente aumenta a capacidade de procurar, detetar e entender as causas dos erros que estão presentes na contabilidade da empresa auditada (Jost & Kay, 2005). Auditores experientes têm uma maior capacidade de gerir as pressões dos seus clientes (Umar & Anandarajan, 2004). Com o aumento da experiência, torna-se mais provável que os auditores solicitem aos seus clientes a retificação das demonstrações antes da publicação do relatório e contas (Francis & Yu, 2009). Em comparação com os auditores sem experiência, os auditores mais experientes têm uma maior probabilidade de serem consistentes com os padrões definidos (Bedard, 1991), o que reduz a suscetibilidade dos auditores aos efeitos da pressão do tempo (Cianci & Bierstaker, 2009). Similarmente, Umar e Anandarajan (2004) afirmam que, auditores mais jovens e menos experientes são mais suscetíveis a pressões, como forma de garantir a continuidade da relação com o cliente. Hardies, Breesch e Branson (2016) relatam uma relação

negativa entre a experiência do auditor, medida através dos anos que se tornaram *certified public accountant* (CPA), e a emissão de opiniões de continuidade da empresa auditada.

Num estudo relacionado com o efeito da seleção de informação, processamento de informação e complexidade das tarefas na precisão do auditor, Simnett (1996) descobriu que a experiência do auditor pode amenizar algumas limitações de uma auditoria que advêm da seleção de informações, mas não do processamento de informação. Auditores experientes apresentam uma maior consistência entre a seleção da informação considerada como relevante e a resposta da avaliação aos riscos de controlo, conseguindo emitir julgamentos num menor período de tempo (Davis, 1996). Carpenter e Dirsmith (1992) documentam que os anos de experiência do auditor permitem aos auditores adquirirem capacidades para uma análise mais pertinente às transações de acréscimos discricionários e não-rotineiras. Assim, surge a primeira hipótese de investigação (H<sub>1</sub>) que relaciona a experiência do auditor com a qualidade da auditoria:

*H<sub>1</sub>: A experiência do auditor influencia a qualidade da auditoria.*

A segunda dimensão está relacionada com a diversidade de género. Atualmente, há um crescente interesse pela diversidade de género no ambiente corporativo e, estudos recentes examinaram o efeito da representação feminina nas principais posições corporativas (Brown, Gissel, & Gordon, 2016). Diversos estudos comportamentais encontraram evidências que a diferenças entre os géneros influenciam os julgamentos de auditoria (Chung & Monroe, 2001; Gold, Hunton, & Gooma, 2009).

Segundo Jost e Kay (2005), a psicologia social explica o potencial da diversidade de género numa organização, assumindo que os homens e as mulheres desempenham diferentes papéis sociais e, cada género contribuiu para o desempenho da empresa de uma forma diferenciada e complementar. Contudo, alguns estudos não encontraram nenhuma relação significativa entre a diversidade de género em equipas de topo e o seu desempenho corporativo (Farrell & Hersch, 2005; Rose, 2007). Certos autores acreditam que a diferença de géneros não é, um fator diferenciador da qualidade da auditoria, na medida em que não afecta diretamente os resultados da auditoria, mas pode influenciar a percepção que as partes interessadas têm da informação divulgadas pela empresa auditada (Hardies, Breesch, & Branson, 2009).

A profissão de auditoria ainda está culturalmente tipificada pela presença de auditores do sexo masculino nos cargos de topo (Hardies et al., 2009). Este estereótipo de gênero prejudica a presença de mulheres em papéis de liderança, uma vez que os atributos masculinos são altamente valorizadas comparativamente aos das mulheres, associando a masculinidade ao sucesso dos resultados de uma auditoria (White & White, 2006).

Numa perspectiva comparativa entre os dois gêneros, estudos recentes concluíram que mulheres auditoras são mais conversadoras que os homens (Karjalainen, Niskanen, & Karjalainen, 2011), sendo que auditores do sexo feminino têm um maior constrangimento ao efeito dos ganhos de gestão das empresas e, conseqüentemente a gestão de resultados é menor (Ittonen et al., 2013). Uma das possíveis causas defendidas por Gold, Hunton e Goma (2009) é que, auditores do sexo masculino são mais facilmente influenciados por explicações não verificadas fornecidas pelos clientes, exibindo uma maior intenção de adotar comportamentos que geram uma menor qualidade da auditoria (Sweeney & Pierce, 2010). No seguimento deste raciocínio, Hardies, Breesch e Branson (2016) indicam que o comportamento de auditores do sexo feminino está mais orientado para a qualidade como profissionais de auditoria, enquanto o comportamento de auditores do sexo masculino está mais direcionado para os rendimentos da profissão. Isto significa que os homens estão mais ligados a comportamentos antiéticos para alcançar o sucesso e lucratividade da empresa, por isso são os auditores do sexo masculino que cedem com maior facilidade aos valores comerciais (Pierce & Sweeney, 2010). Auditores do sexo feminino priorizam a qualidade da auditoria e não agem em função da ambição de melhorar as suas remunerações relacionados com o seu desempenho (Williams, 2000) .

Existem diversos estudos que averiguam se existe alguma diferença na probabilidade de emissão de uma opinião de auditoria modificada entre os dois gêneros. No estudo de Breesch e Branson (2009), não foram encontradas evidências que permitem afirmar que existe diferença nos pareceres de auditoria entre auditores de sexo masculino e auditores de sexo feminino. Contrariamente, Chin e Chi (2008) verificaram que os clientes têm uma maior propensão em receber uma opinião modificada quando o auditor responsável é do sexo feminino. O estudo realizado por Hardies, Breesch e Branson (2016) defende que, auditores do sexo feminino proporcionam uma maior qualidade da auditoria, devido a serem auditores mais independentes, o que aumenta a probabilidade de emitirem uma opinião com modificações a um cliente importante, o que significa que emitem com uma maior frequência opiniões modificadas a

clientes de maior risco. Olsen e Cox (2001) constataram que as mulheres ponderam mais os atributos de risco e priorizam mais a redução do risco do que os homens. Neste seguimento, há evidências que permitem afirmar que os dois gêneros diferem na preferência ao risco, sendo os auditores do sexo feminino os que têm uma maior aversão ao risco, conduzindo a uma maior restrição de práticas contabilísticas agressivas (Hardies et al., 2009).

Ittonen, Vähämaa e Vähämaa (2013) referem que auditores do sexo feminino restringem práticas excessivas de gestão de resultados, sugerindo que as diferenças comportamentais entre mulheres e homens podem ter implicações importantes na qualidade da auditoria e nos relatórios financeiros. Barua, Davidson, Rama e Thiruvadi (2010) e Peni e Va (2010) concluem que empresas em que o auditor responsável é do sexo feminino apresentam uma maior qualidade dos acréscimos discricionários divulgados.

Rodríguez-Domínguez, García-Sánchez e Gallego-Álvarez (2012) defendem que para as empresas de auditoria conseguirem uma vantagem competitiva, a composição dos quadros deve ser balanceada entre os gêneros ou ter uma presença superior de mulheres.

Com base em tudo o que foi argumentado anteriormente, pretendo verificar se a presença de auditores do sexo feminino em posições de topo numa auditoria, influenciam as práticas de trabalho que resultem numa maior qualidade da auditoria. Assim, formula-se a segunda hipótese em estudo (H<sub>2</sub>):

*H<sub>2</sub>: O género do auditor responsável influencia a qualidade da auditoria.*

Estudos experimentais demonstram que as capacidades individuais dos auditores afetam o desempenho dos auditores. Um dos exemplos é o do estudo de Sarah e Lewis (1990), que encontram evidências de que o conhecimento e as capacidades inatas do auditor explicam melhor o desempenho dos auditores em tarefas de auditoria do que a experiência. McKnight e Wright (2011) descobriram que auditores com um elevado desempenho têm um maior conhecimento técnico e mais capacidades comparativamente a auditores com baixo desempenho.

Atualmente, as empresas de auditoria têm desenvolvido formas para garantir a consistência da qualidade da auditoria por meio de mecanismos de controle, incluindo a padronização dos procedimentos de trabalho e o controle da centralização das responsabilidades (Jeppesen, 2007). Por outro lado, existem variáveis que a empresa não consegue controlar, como por exemplo, o conhecimento base de um auditor, que está relacionado com a capacidade de detecção de erros nas demonstrações financeiras da empresa auditada (Frederick, Heiman-Hoffman, & Libby, 1994).

Diversos estudos dão ênfase ao importante papel que assume a educação universitária no raciocínio moral e no julgamento ético. Segundo Troy, Smith e Domino (2011), o nível de conhecimento acadêmico do auditor está positivamente relacionado com a aptidão cognitiva. O conhecimento individual do auditor tende a influenciar, direta ou indiretamente, a qualidade do julgamento, uma vez que auditores com conhecimentos adequados tendem a ser mais consistentes e coesos nas decisões tomadas (Bedard, 1989). De acordo com a teoria do capital humano, o conhecimento especializado e as competências adquiridas no período de formação acadêmica podem complementar e fortalecer as competências profissionais dos auditores (Shaw, 1984).

Chen, Dai, Kong e Tan (2017) afirmam que se pode medir o nível de conhecimento através do grau acadêmico assim como das formações que vão tendo ao longo do tempo. Che, Langli e Svanström (2018) defendem que, o nível geral de conhecimento de auditores com grau de mestre é superior ao nível geral de conhecimento de auditores com grau de licenciatura. Segundo o mesmo estudo, auditores com mestrado, conseguem assegurar com um menor esforço e com uma maior rapidez a execução as tarefas. Ye, Cheng e Gao (2014) afirmam que auditores com grau de mestre ou com um grau superior, têm uma menor probabilidade de estarem associados a falhas de auditoria, uma vez que estes autores acreditam que o nível de ensino superior aumenta as capacidades profissionais e o conhecimento em auditoria. Auditores com uma educação mais elevada são menos propensos a falhar pelo que, existe uma relação positiva entre o conhecimento do auditor e a qualidade dos resultados do cliente (Li, Qi, Tian, & Zhang, 2017).

A educação aumenta o conhecimento geral e a capacidade de aplicar os conceitos em diferentes situações (Cutler & Lleras-Muney, 2010; Eraut, 2012). Os resultados de aprendizagem que advêm da educação permitem adquirir uma maior aptidão para rever o julgamento e alterar o

comportamento quando surgem novas evidências (Bloom, 1971). A relação negativa entre a conhecimento do auditor e os acréscimos discricionários, indicam que, em média, auditores com maiores conhecimentos reduzem a gestão dos resultados dos seus clientes e, conseqüentemente melhoram a qualidade dos resultados (Balsam et al., 2003).

De acordo com todo o que foi indicado anteriormente, pretende-se verificar se quanto maior o conhecimento do auditor responsável, maior será a qualidade da auditoria, pelo que, formula a seguinte hipótese (H<sub>3</sub>):

*H<sub>3</sub>: O grau académico do auditor responsável influencia a qualidade auditoria.*

No seguimento da ideia que a formação académica pode interferir na opinião de auditoria, a literatura analisa a forma como a área de formação académica pode influenciar as capacidades do auditor e, conseqüentemente a opinião emitida da auditoria. Estudos empíricos defendem que tanto a área de formação como a extensão da educação universitária influenciam a forma de pensar do auditor (Gramling, Schatzberg, & Wallace, 1996; Reichelt & Wang, 2010).

Woodliff e Monrae (2009) concluíram que alunos de auditoria mudam significativamente as suas convicções sobre as responsabilidades dos auditores durante o período de estudo. Auditores formados na área de contabilidade são mais bem-sucedidos em detetar e restringir os acréscimos discricionários do cliente, contudo o mesmo autor defende que a formação educacional de cada auditor tem uma menor probabilidade de influenciar os resultados da auditoria em auditorias de grande dimensão, possivelmente devido aos processos de seleção, à padronização dos procedimentos de auditoria e ao controlo da qualidade, incluindo as formações internas (Chu, Florou & Pope, 2017).

O foco técnico obtido pela formação contabilística permite ao auditor adquirir capacidades valiosas, como a capacidade analítica, e de resolução de problemas, que facilitam o processo de tomada de decisões em circunstâncias complexas ou imprevisíveis (Diamond, 2005). Chu, Florou, and Pope (2017) demonstraram que auditores com formação em contabilidade têm uma maior probabilidade em detetar a gestão dos resultados e cobram valor de honorários superiores, comparativamente com as restantes áreas de formação. Auditores formados nestas áreas, contabilidade e auditoria, estão associados a acréscimos discricionários mais baixos em 2,1% e honorários de auditoria mais elevados em 13%, comparativamente a auditores formados em

outras áreas (Chu et al., 2017). Numa outra perspectiva, Diamond (2005) argumenta que auditores formados em contabilidade possuem um foco técnico relativamente restrito, o que limita as competências essenciais para a resoluções de problemas e dificulta a tomada de decisões em circunstâncias complexas ou imprevisíveis. Auditores formados em contabilidade são, tendencialmente, mais mecânicos e metódicos, em deterioramento de outras capacidades relevantes, como a investigação, criatividade e o julgamento independente (Gammie & Kirkham, 2008; Howieson, 2003).

Com isto, pretende-se verificar se a área de formação do auditor influencia a qualidade da auditoria, pelo que surge a seguinte hipótese (H<sub>4</sub>):

*H<sub>4</sub>: A área de formação académica do auditor responsável influencia a qualidade auditoria.*

### **3. Metodologia**

Esta pesquisa tem por base o paradigma de investigação positivista. Subjacente ao positivismo, está a ideia de que o investigador é um ser neutro, independente, que não se deixa afetar pelo objeto de estudo (Kabir, 2011). A epistemologia positivista assenta no pressuposto de que a única forma de conseguir obter conhecimento é através do conhecimento científico, por este motivo esta filosofia observa apenas fenómenos visíveis. Este paradigma é predominante em estudo contabilísticos e Watts e Zimmerman (1990) explicam que a teoria positiva de contabilidade é uma tentativa de prever e perceber as práticas contabilísticas de uma empresa com base em evidências empíricas, a partir de uma recolha e análise de dados empíricos. Pressupõe a ideia de que todas as realidades são mensuráveis, e a mensuração é conseguida através de uma análise empírica das hipóteses criadas previamente e da análise dos dados empíricos, com o objetivo de retirar conclusões sobre tema em estudo (Chua, 1986). Assim, o positivismo tem como foco pesquisas quantitativas e permite aos investigadores prever e explicar práticas contabilísticas (Watts & Zimmerman, 1986).

### 3.1 Amostra

O estudo centra-se nas 600 maiores empresas cotadas a nível europeu. A amostra é retirada com base nas empresas que compõem o índice *Stoxx® Europe 600* para um período de 5 anos, entre o ano de 2013 e o de 2017.

Para a recolha dos dados que compõem o modelo em estudo, mais especificamente, a informação contabilística das empresas auditadas e os honorários cobrados pela empresa de auditoria, foi utilizada a base de dados *DataStream Worldscope Global Database*.

As empresas foram organizadas com base no seu *Standard Industrial Classification code (SIC code)*, que corresponde ao seu setor de atividade. As empresas ficam organizadas por sete indústrias, nomeadamente: (2) Indústria extrativa (*SIC code* entre 10000 e 14000), (3) Construção (*SIC code* entre 15000 e 17000), (4) Indústria (*SIC code* entre 20000 e 39000), (5) Transportes e comunicação (*SIC code* entre 40000 e 49000), (6) Retalho (*SIC code* entre 50000 e 59000), (7) Banca e Seguradoras (*SIC code* entre 60000 e 67000), (8) Serviços (*SIC code* entre 70000 e 87000).

Foram excluídas da amostra 685 observações provenientes do setor financeiro (bancos e seguradoras), uma vez que é difícil avaliar os acréscimos e os acréscimos discricionários para serviços financeiros e, devido à elevada discrepância dos requisitos contabilísticos e da legislação aplicável a estas instituições comparativamente com as restantes indústrias (Maijoor & Vanstraelen, 2006; Tendeloo & Vanstraelen, 2008). Foram também eliminadas as observações cujas empresas, em um ou em mais anos, tinham em falta informação contabilística (450 observações). As empresas cujas demonstrações financeiras não são auditadas por um único auditor também são removidas da amostra (790 observações). Após estas exclusões, foram consultadas as informações relativas às características individuais dos auditores responsáveis pelas auditorias externas das empresas. Os dados demográficos de cada auditor foram recolhidos através de contacto direto (via *e-mail*) ou através da pesquisa da informação divulgada pela empresa de auditoria ou pela sua página do *LinkedIn*. Adicionalmente foram retirados 21 *outliers*.

A amostra final totaliza um valor de 534 observações, tal como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1 - Descrição da amostra**

	Observações	%
<i>Stoxx® Europe</i> 600	3000	100,00
Observações retiradas:		
Banca e seguradoras	- 685	-22,84
Observações sem dados contabilísticos	-450	-15,00
Auditorias conjuntas	-790	-26,33
Auditores sem dados	-520	-17,33
Outliers	-21	0,70
Amostra final	534	17,80

### 3.2 Mensuração da qualidade de auditoria

A qualidade da auditoria não é diretamente observável. De acordo com DeFond e Zhang (2013), a qualidade da auditoria pode ser mensurada por meio de *outputs* e *inputs* do processo de auditoria. Neste estudo, inferimos a qualidade da auditoria através da gestão dos resultados, como indicador do *output* do processo de auditoria, e os honorários da auditoria, como indicador do *input* do processo de auditoria.

A primeira *proxy* está relacionada com o papel da auditoria na restrição da gestão dos resultados das empresas auditadas.

As demonstrações financeiras são produzidas em conjunto por clientes e auditores (Antle & Nalebuff, 1991) pelo que, a qualidade dos relatórios financeiros não deve ser separada da qualidade da auditoria (Knechel, 2019). A qualidade dos resultados de uma empresa, demonstra o nível de garantia de que as informações financeiras refletem, com a máxima precisão, o desempenho das atividades subjacentes à empresa, condicionada às características inatas da empresa (DeFond & Zhang, 2013). É do interesse dos investidores que os resultados sejam de alta qualidade, para conseguirem distinguir as empresas com melhor desempenho das restantes

(Healy & Wahlen, 1999) e, conseqüentemente, alocarem os recursos da forma mais eficiente e com menor risco possível.

A literatura sugere diferentes *proxies* para avaliar a a qualidade dos resultados, a maioria das quais tenta detetar a gestão oportunista dos resultados. As várias *proxies* podem ficar organizadas em três grandes categorias: as propriedades dos lucros, a capacidade de resposta dos investidores aos lucros e indicadores externos de distorções dos lucros. Neste estudo, a análise é focada nas propriedades dos lucros como uma medida de avaliação da gestão dos resultados, em que é utilizada a *proxy* gestão dos resultados para mensurar a qualidade da auditoria, mais concretamente os acréscimos discricionários. Os lucros da empresa são compostos por duas componentes, os fluxos de caixa das operações e o total dos acréscimos (Dechow, Ge & Schrand, 2010). Esta última componente corresponde a ajustamentos contábilísticos do fluxo de caixa feitos pela administração ou devido a alterações no ambiente económico da empresa. O total dos acréscimos decompõem-se em acréscimos não discricionários, relacionados com o desempenho normal da empresa e, acréscimos discricionários, que consistem nas distorções intencionais realizadas pelos administradores, como o objectivo da adulteração dos resultados (Dechow et al., 2010).

Diversos estudos, como por exemplo, (Bhaumik & Gregoriou, 2010; Choi, Kim, Kim, & Zang, 2010; Francis & Yu, 2009; Hoitash, Markelevich, & Barragato, 2007; Reichelt & Wang, 2010), utilizam os acréscimos discricionários como medida de avaliação da gestão de resultados da empresa. Os acréscimos discricionários representam os erros de estimativa em que, quanto mais elevado for o valor de acréscimos discricionários, maior é o nível de distorção e, conseqüentemente, menor a qualidade dos resultados (DeFond, 2010). Uma vantagem das medidas de gestão de resultados é que se espera, utilizando esta *proxy*, que detetem a gestão dos resultados mesmo que respeitem as normas de contabilidade, um dos exemplos são as distorções utilizadas com o objectivos de atingirem as metas dos lucros (DeFond & Zhang, 2013). Empresas com diminuições consecutivas nos resultados utilizam os acréscimos discricionários para encubrir as perspectivas pouco animadoras de crescimento da empresa (Li, 2010). Os administradores da empresa manipulam aspetos qualitativos das escolhas contábilísticas aplicadas, relevando possíveis enviesamento dos resultados financeiros mesmo que cumpram os princípios contábilísticos geralmente aceites. Outra vantagem dos acréscimos discricionários é a sua natureza contínua, que capta as variações da qualidade em estudos com

uma amostra de reduzida dimensão e em empresas que não possuem um extremo de baixa qualidade de auditoria (Dechow, Sloan, & Sweeney, 1996). Numa outra perspectiva, Bowen, Rajgopal e Venkatachalam (2008) encontraram evidências que a componente de acréscimos de uma empresa está positivamente relacionada com o desempenho futuro da empresa, o que eles interpretam como uma evidência de que os acréscimos discricionários refletem, não apenas a gestão dos resultados, mas também as expectativas futuras de desempenho.

Uma outra forma de medir a qualidade da auditoria é através dos honorários da auditoria. Os honorários faturados pelos auditores são considerados como um elemento que pode pôr em causa a capacidade de o auditor emitir uma opinião limpa e, conseqüentemente a qualidade da auditoria.

Os honorários representam o custo total da auditoria através do somatório entre o custo geral dos auditores, a compensação do risco de litígio e o lucro normal (Liu, 2017). Valores elevados de honorários representam um aumento do investimento da empresa de auditoria em termos reputacionais, o que desincentiva os auditores a aceitar a gestão dos resultados do cliente (Matsumoto, 2002). Numa outra perspectiva, Rajgopal, Srinivasan e Zheng (2018) defendem que, um valor elevado de honorários representa uma maior cobertura de possíveis riscos de litígio ou a falta de independência dos auditores, o que sugere, uma relação direta entre os honorários e possíveis falhas da auditoria. Nos casos de um forte vínculo económico entre o auditor e o cliente, o auditor pode considerar esta relação como um incentivo ao auditor permitir a gestão dos resultados, colocando em causa o princípio da independência (DeAngelo, 1981; Magee & Tseng, 1990; Seabright, Levinthal, & Fichman, 1992).

Newman, Patterson e Smith (2005) identificaram que o valor dos honorários para além de captar os esforços de auditoria, captam os prémios de risco e a eficiência da auditoria, o que dificulta a interpretação dos resultados. Isto demonstra que a relação direta entre os honorários da auditoria e a qualidade de auditoria têm de ser interpretada com ambiguidade, uma vez que o valor dos honorários pode ser constituído por valores anormais, montantes esses que estão relacionados com a relação entre o cliente e a empresa de auditoria. Estes montantes anormais podem ser comparados como tentativas de subornos.

Depois do que foi descrito anteriormente, a segunda *proxy* utilizada para avaliar a qualidade da auditoria é o valor dos honorários da empresa de auditoria. Uma das vantagens da mensuração da qualidade da auditoria através dos honorários de auditoria é que é uma variável contínua, conseguindo detetar mesmo pequenas variações da qualidade.

### 3.3 Desenho da investigação

Neste estudo é utilizado duas abordagens distintas para avaliar a qualidade da auditoria. A primeira medida utilizada é uma medida baseada no *output* da qualidade da auditoria, o valor dos acréscimos discricionários e, a segunda medida utilizada, é medida baseada no seu *input*, os honorários da auditoria (DeFond & Zhang, 2013; Lim & Tan, 2010).

A formulação da equação referente ao modelo dos acréscimos discricionários tem por base o modelo de Jones (1991), modificado por Kothari, Leone e Wasley (2005). A versão do modelo modificado de Jones é a medida mais adequada e precisa para avaliar a parcela residual do total dos acréscimos (Bartov, Gul, & Tsui, 2000). O modelo é apresentado na primeira equação:

$$TA_{jt}/A_{jt-1} = \alpha_1 \left(1/A_{jt-1}\right) + \alpha_2 \left(\Delta REV_{jt}/A_{jt-1}\right) + \alpha_3 \left(PPE_{jt}/A_{jt-1}\right) + \alpha_4 \left(ROA_{jt}/A_{jt-1}\right) + \varepsilon_{jt} \quad [1]$$

O modelo mede os total dos acréscimos em função do total do ativo (A); da variação do rédito ( $\Delta REV$ ), que incluiu as vendas e a prestação de serviços; do valor bruto dos ativos fixos tangíveis (PPE); e, da rendibilidade do ativo da empresa (ROA). Todas as variáveis são deflacionadas pelo total dos ativos do período anterior, com o objectivo de mitigar a heteroscedasticidade e, de forma a conseguir fazer comparações entre as empresas (Beneish, 1997). Os acréscimos discricionários da empresa são medidos através da parte residual ( $\varepsilon$ ) dos acréscimos. Elevados valores absolutos de accuals discricionários traduz um elevado nível de gestão de resultados e, conseqüentemente uma menor qualidade dos resultados (Arthur, Tang, & Lin, 2015).

A variável dependente total de acréscimos (TA) é calculada tendo como base uma abordagem do patrimonial utilizada no estudo de Hribar e Collins (2002) (Equação (2)):

$$TA_t = \Delta CA_t - \Delta Cash_t - \Delta CL_t + \Delta DCL_t - DEP_t \quad [2]$$

Em que:

- TA* – Total dos acréscimos.
- t* – Período.
- $\Delta CA$  – Variação do activo corrente.
- $\Delta Cash$  – Variação de caixa e equivalentes de caixa.
- $\Delta CL_t$  – Variação do passivo corrente.
- DEP* – Depreciações e amortizações.

A segunda medida de mensuração da qualidade da auditoria são os honorários da auditoria. Simunic (1980) contribui para a literatura com uma análise detalhada do vínculo entre o valor dos honorários e a qualidade da auditoria. Esta variável dependente é mensurada neste estudo através do logaritmo natural dos honorários cobrados pela empresa de auditoria (Cahan & Sun, 2015; Guan, Su, Wu, & Yang, 2016; Liu, 2017). Elevados valores do logaritmo dos honorários refletem os elevados custos da auditoria, resultantes de uma maior qualidade da auditoria (Okolie, 2014). No seguimento desta ideia, Francis (2004) defende que honorários elevados são representativos de um maior esforço da auditoria e/ou auditores com maiores capacidades.

Para testar o efeito das características individuais dos auditores na qualidade de auditoria (hipóteses H<sub>1</sub>, H<sub>2</sub>, H<sub>3</sub> e H<sub>4</sub>), formula-se o seguinte modelo em estudo (Equação (3)):

$$AQ_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 EXP + \alpha_2 G_{jt} + \alpha_3 EDL_{jt} + \alpha_4 EDA_{jt} + \alpha_5 SIZE_{jt} + \alpha_6 LEV_{jt} + \alpha_7 CHGSALE_{jt} + \alpha_8 ROA_{jt} + \alpha_9 PBV_{jt} + \alpha_{10} LOSS_{jt} + \alpha_{11} DY_{jt} + \alpha_{12} DC_{jt} + \varepsilon_{jt} \quad [3]$$

Em que:

<i>AQ</i>	– Qualidade da auditoria.
<i>j</i>	– Empresa.
<i>t</i>	– Período.
<i>G</i>	– Género.
<i>EDL</i>	– Grau de formação académica.
<i>EDA</i>	– Área de formação académica.
<i>EXP</i>	– Experiência profissional.
<i>SIZE</i>	– Logaritmo natural do total do ativo.
<i>LEV</i>	– Alavancagem financeira.
<i>CHGSALES</i>	– Variação das vendas.
<i>ROA</i>	– Retorno dos ativos.
<i>PBV</i>	– <i>Price to book value</i> .
<i>LOSS</i>	– Prejuízo financeiro da empresa.
<i>DY</i>	– Variável <i>dummy</i> do período.
<i>DC</i>	– Variável <i>dummy</i> do país.

Como já havia sido mencionado, a variável dependente é variável qualidade da auditoria (AQ). Neste estudo é utilizado dois *proxies* para avaliar a qualidade da auditoria: o valor absoluto dos acréscimos discricionários (DA) e o logaritmo dos honorários dos auditores (LOGFEE).

As variáveis de interesse são a experiência, género, o grau académico, a área de formação académica (EXP, G, EDL e EDA). A variável EXP representa o número de anos que o auditor trabalha em auditoria. Da relação entre a experiência em auditoria e a qualidade dos resultados é expectável um coeficiente negativo, quando relacionamos esta variável com os acréscimos discricionários. Auditores mais experientes tendem a detetar com maior facilidade situações atípicas (Choo & Trotman, 1991) e a manipulação dos resultados através das escolhas contabilísticas (Sloan, 1996), resultando numa maior qualidade da auditoria. Assim, a experiência pode ser vista como uma qualidade de auditoria superior, o que traduz valores de honorários mais elevados cobrados pela empresa de auditoria.

Relativamente à variável género (G) é uma variável *dummy* que assume o valor 0 quando o auditor responsável é do sexo feminino e valor 1 quando é do sexo masculino. O raciocínio subjacente a esta variável é que, se o auditor responsável for do género feminino, as práticas contabilísticas serão menos agressivas (Karjalainen et al., 2011) e, estes responsáveis, são mais avessos ao risco, o que indicia uma maior restrição da gestão dos resultados, resultando num aumento da qualidade da auditoria (Ittonen et al., 2013). Pelo que, se o cliente de auditoria tiver a perceção que as mulheres detetam mais facilmente os erros e as fraudes nos relatórios financeiros, estão disposto a pagar um valor superior dos honorários de forma a assegurar uma qualidade da auditoria superior (Shi & Cheng, 2011).

A variável de interesse grau académico do auditor (EDL) refere-se à licenciatura com o valor 1, ao mestrado com o valor 2 e ao doutoramento com valor 3. Lichtenstein e Fischhoff (1977) defendem que a experiência educacional influencia o processo de tomada de decisão em que, auditores com graus académicos mais elevados tendencialmente recolhem informações mais relevantes para a tomada de decisão, o que ajuda a detetar mais facilmente os desvios que existem nos relatórios financeiros do cliente e a tomar uma decisão com maior robustez. Assim, o nível de educação transmite um indício de elevada qualidade da auditoria ao mercado (Spence, 1974). É esperado que, quanto maior o nível de instrução maior é o nível de conhecimento e de capacidade de aprendizagem e, menor a gestão dos resultados e maior a qualidade dos mesmos. Relativamente à variável dependente honorários, é esperado um coeficiente positivo, na medida em que os clientes de auditoria reconhecem o sinal de uma elevada qualidade da auditoria transmitido através da formação dos auditores.

A variável área de formação académica (EDA) é uma variável *dummy*, que assume o valor de 0 quando os auditores são formados nas seguintes áreas académicas: contabilidade, auditoria, economia, gestão, finanças e administração de empresas; e, o valor de 1 quando são formados noutras áreas que não as áreas de formação mencionadas anteriormente. A divisão foi realizada deste forma, uma vez que, quando o auditor tem um nível académico numa área económico-financeira detêm um conhecimento mais específico das matérias de auditoria. Assim, é esperado que auditores formados nestas áreas tenham uma maior probabilidade de deteção da manipulação dos resultados, o que indica menores valores de acréscimos discricionários e, valores mais elevados de honorários.

As restantes variáveis da Equação (3) são variáveis de controlo. A variável SIZE é dada pelo logaritmo natural do total dos ativos e permite medir a dimensão da empresa auditada. É esperado que grandes empresas tenham um maior incentivo em reportar ganhos de elevada qualidade devido a estarem sujeitas a um maior escrutínio por parte dos investigadores e analistas financeiros (Chen, Lin, & Zhou, 2005). Em empresas de grande dimensão, os auditores estão mais expostos a riscos de litígio pelo que, tornam-se mais conservadores de forma a não colocarem em causa a sua reputação (Reynolds & Francis, 2001). Gajevszky (2014) demonstra que quanto maior for o total de ativos da empresa maior a qualidade de auditoria.

A variável LEV (*Leverage*), calculada pelo rácio entre o total dos passivos e total dos ativos, está relacionada com a alavancagem financeira da empresa. Este coeficiente é relevante para o controlo do endividamento da empresa, o que tem um elevado efeito na gestão de resultados da empresa. Será expectável que empresas endividadas tenham uma maior propensão à prática de gestão de resultados para evitar o incumprimento dos acordos financeiros estabelecidos (Becker, DeFond, Jiambalvo, & Subramanyam, 1998; Jiraporn, Miller, Yoon, & Kim, 2007), o que pressupõe uma maior exigência dos auditores para uma maior qualidade da auditoria (Carey, Simnett, & Tanewski, 2000), o que interfere no valor dos honorários cobrados. Numa outra perspetiva, a elevada alavancagem pode induzir a diminuição da gestão dos resultados para o efeito de renegociações contratuais (Becker et al., 1998).

Quanto à variável CHGSALE (*change in sales*), é o coeficiente entre a variação das vendas de dois períodos consecutivos e o total das vendas do período anterior ao analisado, avaliando a alteração das vendas. De acordo com Menon e Williams (2004), o valor absoluto dos acréscimos discricionários está positivamente relacionado com o crescimento das vendas e negativamente relacionado com a relação entre o valor contabilístico e de mercado da empresa, o que sugere uma maior gestão de resultados. O volume de negócios da empresa pode estar relacionado com um maior risco da qualidade da auditoria pelo que, quanto mais elevado for o volume de negócios, maior o valor cobrado pela empresa auditada devido ao maior esforço dos auditores (Stacey & Griffin, 2008).

A variável ROA mede a rendibilidade dos ativos da empresa, dando uma perspetiva do resultado geral da empresa e do seu desempenho. É previsto um coeficiente negativo para esta variável uma vez que, um baixo desempenho da empresa está associado a uma menor qualidade

dos ganhos, devido à elevada probabilidade de gestão de resultados (Dechow & Dichev, 2002). Numa outra perspetiva, um desempenho elevado da empresa requer um maior controlo das contas por parte do auditor, o que inerentemente, obriga a um maior esforço do auditor.

A variável PBV, *price to book value*, é a relação entre o valor de cotação por ação da empresa e o seu valor contabilístico. É expectável que empresas com valores elevados tenham uma menor qualidade auditoria. Gul, Kim e Qiu (2010) estudam o impacto da qualidade da auditoria na forma como a realidade da empresa está incorporada nos preços das ações. Este estudo evidência uma relação inversa entre a qualidade da auditoria e a sincronização do valor de mercado das ações com o seu valor contabilístico.

A variável LOSS é utilizada uma vez que empresas com prejuízos contínuos têm uma maior propensão de falhas e de gestão de resultados para encobrir o fraco desempenho (Carey & Simnett, 2006). Segundo Callen, Robb e Segal (2008), é pertinente a inclusão desta variável dado que empresas com prejuízos no final do período contabilístico tendem a ter valores mais elevados de acréscimos discricionários e, conseqüentemente, a empresa tende a praticar uma maior gestão dos resultados (Simunic, 1980). Trata-se de uma variável *dummy*, assumindo o valor 0 quando a empresa tem lucro e valor 1 quando tem prejuízo. Devido ao elevado risco destas empresas, Simunic e Stein (1996) sugerem que são cobrados honorários mais elevados a estes clientes.

Por fim, foram incluídas duas variáveis *dummy*, uma de períodos (DY) e outra dos países das empresas (DC), para controlar os efeitos fixos dos períodos e dos países.

## **4. Resultados**

### **4.1 Análise descritiva**

De acordo com o Painel A da Tabela 2, o valor absoluto dos acréscimos discricionários é, em média, 0,037, variando entre 0 e 0,199, indicando que a diferença entre a amostra é significativamente elevada. Relativamente à variável dependente do logaritmo dos honorários, a média é de 6,451, o que significa que se todos os honorários cobrados fossem iguais, estes seriam de 7.438.458 euros. Esta variável apresenta uma grande dispersão em torno da média,

sendo que o valor mínimo do logaritmo dos honorários é de 4,732 e, o valor máximo, de 7,707, o que em valores absolutos perfaz o montante de 54.000 euros e 51.000.000 euros, respetivamente. A variável experiência tem uma média de 25,53%, isto quer dizer que, os auditores que constituem esta amostra têm, em média, 26 anos de experiência. Na mesma análise, em média o logaritmo do total dos ativos da empresa é de 6,943, pelo que, se todas as empresas auditadas tivessem o mesmo total de ativos então o total de ativos seria de 27.010.630 euros. Também é possível observar que a alavancagem financeira tem uma média de 0,594, o que significa que, em média, o total do passivo é 0,59 vezes maior que o ativo, podendo variar em torno da mesma em 0,165. A variável variação das vendas tem uma média de 0,052 o que significa que o crescimento médio das vendas é de 5% e, apresenta um valor de dispersão em torno da média de 0,334. A amostra é constituída por empresas que apresentam um crescimento das vendas comparativamente o período anterior, sendo o valor máximo de crescimento de 7,06% e, por empresas que apresentam diminuições da variação das vendas, sendo o valor mínimo de diminuição de 0,72%. O retorno dos ativos da amostra, em média, é de 0,059, sendo que o valor máximo situa-se nos 26% e, o mínimo nos -39%. Quer isto dizer que houve um decréscimo mais drástico de uma empresa que compõe a amostra, que o crescimento da empresa com o valor de retorno mais elevado. A análise descritiva da variável *price book value* indica que, em média, o valor de mercado por ação da empresa é de 3.73 euros.

Relativamente às variáveis qualitativas no Painel B da Tabela 2, temos que a amostra é constituída por 46 auditores responsáveis do sexo feminino, que representam cerca de 8,62% da amostra, e os restantes 91,38% são auditores do sexo masculino, cerca de 488 dos 534 auditores do estudo. Quanto ao grau académico, a maioria dos auditores que constituem a amostra, mais precisamente 61,42 por cento, são licenciados e, os restantes, 38,58% dos auditores têm um grau académico superior a licenciatura, ou seja, mestrado, 33,89%, ou doutoramento, 4,69%. Quanto à variável prejuízo, uma variável relacionada com as características das empresas auditadas que compõem esta amostra, apenas 30 empresas, que representam cerca de 5,62% da amostra, tiveram prejuízo, as restantes 504 empresas tiveram lucro.

**Tabela 2 - Estatísticas descritivas**

**Painel A: Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas**

Variáveis	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>/DA/</i>	534	0,037	0,036	0,000	0,199
<i>LOGFEE</i>	534	6,451	0,657	4,732	7,707
<i>EXP</i>	534	25,530	10,975	10,000	37,000
<i>SIZE</i>	534	6,943	0,635	5,410	8,591
<i>LEV</i>	534	0,594	0,165	0,101	1,408
<i>CHGSALES</i>	534	0,052	0,334	-0,720	7,062
<i>ROA</i>	534	0,059	0,060	-0,391	0,264
<i>PBV</i>	534	3,734	7,685	-122,840	44,120

**Painel B: Estatísticas descritivas das variáveis qualitativas**

Variáveis		n	Frequência
<i>G</i>	1	488	91,38%
	0	46	8,62%
<i>EDL</i>	1	328	61,42%
	2	181	33,89%
	3	25	4,69%
<i>EDA</i>	1	171	32,02%
	0	363	67,98%
<i>LOSS</i>	1	30	5,62%
	0	504	94,38%

Para avaliar a correlação entre as variáveis utilizamos os coeficientes de correlação linear de *Pearson* ( $r$ ) e correlação ordinal de *Spearman* ( $\rho$ ). Este segundo coeficiente é pertinente devido a existir várias variáveis qualitativas no estudo. Na Tabela 3 é apresentado a matriz de correlação entre as variáveis, sendo que na parte superior temos os coeficientes dados pela correlação de *Spearman* e, na parte inferior da tabela os coeficientes dados pela correlação de *Pearson*.

Todos os coeficientes de correlação estão abaixo de 0,800, o que sugere a inexistência de um problema de multicolinearidade entre as variáveis em estudo (Carter Hill & Judge, 1987).

É possível verificar que a correlação mais significativa da variável dependente LOGFEE é com a variável SIZE ( $r=0,665$ ;  $\rho=0,645$ ). Relativamente à variável dependente |DA|, a variável com uma correlação mais significativa é divergente nos dois coeficientes de correlação utilizados. No coeficiente de Pearson temos que, a variável com a qual tem uma relação mais forte é com a variável CHGSALES ( $r=0,190$ ), já no coeficiente de *Spearman* é a variável LOSS ( $\rho=-0,120$ ).

**Tabela 3 - Coeficientes de correlação de Pearson e de Spearman**

	<i>/DA/</i>	<i>LOGFEE</i>	<i>G</i>	<i>EDL</i>	<i>EDA</i>	<i>EXP</i>	<i>SIZE</i>	<i>LEV</i>	<i>CHGSALES</i>	<i>ROA</i>	<i>PBV</i>	<i>LOSS</i>
<i>/DA/</i>	<b>1</b>	-0,100*	0,066	-0,011	0,019	0,004	-0,024	-0,026	-0,117**	0,053	0,026	-0,120**
<i>LOGFEE</i>	-0,086*	<b>1</b>	-0,002	0,030	-0,007	0,121**	0,645**	0,188**	-0,125**	-0,274**	-0,159**	0,074
<i>G</i>	-0,110*	0,007	<b>1</b>	0,047	0,068	-0,152**	-0,024	0,054	0,012	-0,048	-0,076	-0,012
<i>EDL</i>	-0,021	0,047	0,056	<b>1</b>	-0,118**	-0,012**	-0,075	0,025	0,054	-0,106*	-0,077	0,064
<i>EDA</i>	-0,001	-0,006	0,068	-0,117**	<b>1</b>	0,245**	0,140**	-0,113**	-0,083	-0,069	-0,034	0,146**
<i>EXP</i>	-0,053	0,166**	0,094*	0,029	0,215**	<b>1</b>	0,259**	0,064	-0,081	-0,126**	-0,098*	0,193**
<i>SIZE</i>	-0,033	0,665**	-0,018	-0,020	0,150**	0,288**	<b>1</b>	0,220**	-0,172**	-0,392**	-0,392**	0,128**
<i>LEV</i>	-0,016	0,171**	0,081	0,044	0,138**	0,092*	0,215**	<b>1</b>	-0,012	-0,357**	-0,180**	0,071
<i>CHGSALES</i>	0,190**	-0,152**	0,002	-0,010	-0,056	0,009	0,068	0,070	<b>1</b>	0,211**	0,188**	-0,194**
<i>ROA</i>	0,108**	-0,253**	-0,048	-0,140**	-0,097*	-0,089*	0,356**	-0,293**	0,099*	<b>1</b>	0,485**	-0,399**
<i>PBV</i>	0,050	-0,090*	-0,073	0,024	-0,021	-0,077	-0,080	0,002	0,033	0,067	<b>1</b>	-0,217**
<i>LOSS</i>	0,125**	0,070	-0,012	0,070	-0,146**	0,074	0,122**	0,059	-0,093*	-0,559*	-0,054	<b>1</b>

\*\*\*significativo a um nível de 0,01; \*\* significativo a um nível de 0,05; \* significativo a um nível de 0,10

## 4.2 Análise multivariada

Após a análise detalhada de cada variável, este capítulo centra-se na análise da regressão linear múltipla que é utilizada com o intuito de modelar as relações funcionais entre as variáveis e prever o valor das variáveis dependentes, os acréscimos discricionários (DA) e o logaritmo dos honorários (LOGFEE).

Inicialmente, foram validados e verificados todos os pressupostos dos dois modelos de regressão múltipla. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que existe uma relação linear entre cada variável independente e as variáveis dependentes dos modelos. Os resíduos seguem uma distribuição normal, ou seja, as variáveis residuais são zero e, os erros são independentes pelo que, não são autocorrelacionados. Outro pressuposto evidenciado é o da multicolinearidade, em que nos dois modelos o valor mais elevado da inflação de variação (VIF) é 1,9. A homocedasticidade dos erros é também verificada através do diagrama de dispersão em que as observações apresentam um padrão de variabilidade constante em torno de zero.

O método utilizado para correr a regressão foi o método dos mínimos quadrados (MMQ) de dados em painel. A Tabela 4 apresenta o modelo ajustado, em que é estudada a relação entre as variáveis independente e as variáveis dependentes, o valor absoluto dos acréscimos discricionários e o logaritmo dos honorários.

Começando a análise pelos acréscimos discricionários, é possível afirmar que estatisticamente, pelo coeficiente de determinação  $R^2$  ajustado, que cerca de 12,96 por cento da variação dos acréscimos discricionários é explicado pelo modelo. Isto significa que as variáveis em estudo explicam cerca de 12,96 por cento dos acréscimos discricionários das empresas auditadas da amostra, com base nos dados recolhidos. Tendo por base os valores apresentados na Tabela 4, concluímos que as variáveis G, CHGSALES e SIZE têm influência estatisticamente significativa nos acréscimos discricionários ( $\text{sig} < 0,10$ )

No que diz respeito à variável G é possível concluir que o género do auditor influencia os acréscimos discricionários, com um coeficiente positivo ( $\beta = 0,010372$ ;  $\text{sig} < 0,10$ ). Os resultados obtidos demonstram que, quando o auditor responsável é do sexo masculino os acréscimos discricionários da empresa auditada são maiores. Como tal, é possível concluir

que o género do auditor influencia a qualidade dos resultados e, conseqüentemente, a qualidade da auditoria. Este resultado é consistente com a literatura que reconhece que o género pode influenciar o desempenho corporativo, por exemplo (Adams & Funk, 2012; Brandt & Laiho, 2013). Comparativamente a auditores do sexo masculino, auditores do sexo feminino são mais avessas ao risco (Jianakoplos & Bernasek, 1998), mais conservadoras (Karjalainen et al., 2011), menos influenciadas por explicações não comprovadas (Gold et al., 2009) e mais sensíveis a questões éticas (Bernardi & Arnold, 1997), o que conseqüentemente tem um efeito de restrição na manipulação dos resultados (Hardies et al., 2016), que se reflete em valores de acréscimos discricionários menores.

As restantes várias de interesse, grau académico do auditor ( $\beta=-0,0005$ ;  $\text{sig}>0,10$ ), área de formação académica do auditor ( $\beta=-0,002535$ ;  $\text{sig}>0,10$ ) e experiência profissional do auditor ( $\beta=0,000201$ ;  $\text{sig}>0,10$ ), não são estatisticamente relevantes para o valor dos acréscimos discricionários, o que não permite concluir neste estudo que estas variáveis influenciem a qualidade dos resultados da auditoria.

É possível também afirmar, que a variável CHGSALES isto é, a variável relacionada com a variação das vendas da empresa auditada, influencia significativamente os acréscimos discricionários com um coeficiente positivo ( $\beta=0,019188$ ;  $\text{sig}<0,10$ ). Esta variável tem o sinal esperado, o que confirma que quanto maior a variação das vendas maior o valor dos acréscimos discricionários. Empresas com elevados crescimentos, têm uma maior assimetria da informação, portanto, é esperado que relatam ganhos de menor qualidade (Madhogarhia, Sutton, & Kohers, 2009).

Adicionalmente pode-se concluir que, a variável SIZE é estatisticamente significativa com a variável |DA| ( $\beta= -0,008499$ ;  $\text{sig}<0,10$ ). O coeficiente negativo tem o sinal esperado e, o raciocínio implícito desta variável é que quanto maior for o logaritmo do total dos ativos menor serão os acréscimos discricionários e, conseqüentemente menor a probabilidade de se verificar gestão dos resultados. Este comportamento está relacionado com o facto de empresas de maior dimensão estarem sujeitas um maior controlo por parte do mercado, o que desincentiva os gerentes a realizarem manipulações dos resultados (Arthur et al., 2015). Mesmo que ocorra a gestão dos resultados, os auditores têm uma maior propensão em emitir

uma opinião de elevada qualidade que transparece a realidade da organização, devido aos elevados riscos de litígio associados a empresas de grandes dimensões.

Por último, é possível concluir que a alavancagem financeira ( $\beta=-0,001826$ ;  $\text{sig}>0,10$ ), o retorno dos ativos ( $\beta=-0,049810$ ;  $\text{sig}>0,10$ ), o *price bok value* ( $\beta=0,000$ ;  $\text{sig}>0,10$ ) e o prejuízo ( $\beta=0,011608$ ;  $\text{sig}>0,10$ ) não são estatisticamente relevantes para o valor dos acréscimos discricionários. Como tal, não se pode afirmar que estas variáveis interfiram na qualidade dos resultados e, conseqüentemente interfiram na qualidade da auditoria avaliada através do valor absoluto de acréscimos discricionários.

A segunda *proxy* utilizada para avaliar a qualidade da auditoria é o logaritmo dos honorários (LOGFEE) como variável dependente do modelo em estudo. Este modelo ajustado tem uma elevada qualidade já que, é possível evidenciar estatisticamente pelo coeficiente determinação  $R^2$  ajustado, que cerca de 70,23 por cento da variação dos honorários é explicada pelas variáveis EDL, LEV, CHGSALES E SIZE ( $\text{sig}<0,10$ ).

Nesta mesma análise, é possível verificar que existe evidência estatisticamente significativa entre a variável EDL e a variável dependente LOGFEE ( $\beta=0,014112$ ;  $\text{sig}<0,10$ ). Quanto maior o grau académico do auditor, maior o valor cobrado de honorários da empresa auditora. De facto, o coeficiente é o expectável, permitindo confirmar a literatura. A formação educacional transmite um sinal de elevada qualidade da auditoria ao mercado (Spence, 1974). Portanto, os clientes reconhecem a formação do auditor como um fator capaz de interferir na qualidade da opinião emitida pelo que, estão dispostos a pagar um valor superior de honorários (Ye, Cheng, & Gao, 2014).

Para as restantes variáveis de interesse, género ( $\beta=-0,059257$ ;  $\text{sig}>0,10$ ), área de formação ( $\beta=-0,040443$ ;  $\text{sig}>0,10$ ) e experiência profissional ( $\beta=-0,000707$ ;  $\text{sig}>0,10$ ), não se pode concluir que estas interfiram no valor dos honorários cobrados e, por consequência, na qualidade da auditoria, pois o coeficiente não é estatisticamente significativo.

A variável LEV, alavancagem financeira da empresa, tem um impacto significativamente positivo com o logaritmo dos honorários ( $\beta=0,44925$ ;  $\text{sig}<0,10$ ). Isto significa que são cobrados honorários mais elevados a empresas com maior grau de endividamento ou risco

de falência. Uma possível justificação do coeficiente ser positivo, é que empresas altamente alavancadas têm um maior incentivo para a prática de gestão de resultados pelo que, a empresa de auditoria cobra valores de honorários superiores de forma a assegurar possíveis riscos de litígio. Os auditores procuram reduzir o risco de distorções materialmente relevantes aumentando o esforço do papel do auditor em detetar e reportar possíveis distorções, o que resulta numa maior qualidade da auditoria que é refletida através do aumento dos honorários (Morgan & Stocken, 1998).

É possível observar que a variável CHGSALES é significativamente relevante para este estudo com um coeficiente negativo, contrariamente ao que era expectável ( $\beta = -0,205737$ ;  $\text{sig} < 0,10$ ). Isto significa que quanto maior a variação das vendas, menor o valor dos honorários cobrados.

No que diz respeito à variável SIZE, relacionada com o tamanho da empresa, é possível concluir que influencia positiva e significativamente o valor dos honorários ( $\beta = 0,710938$ ;  $\text{sig} < 0,10$ ). Uma das possíveis justificações para esta relação é que, valores de auditoria inferiores podem traduzir num menor esforço do trabalho do auditor, por isso, empresas de maior dimensão têm maiores capacidades financeiras, pelo que não sentem a necessidade de reduzirem o valor dos honorários dos auditores em prol de uma qualidade de auditoria superior (Antle, Gordon, Narayanamoorthy, & Zhou, 2006; Bortolon, Sarlo Neto, & Barreto, 2013).

Por último as variáveis, retorno dos ativos ( $\beta = 0,194883$ ;  $\text{sig} > 0,10$ ), *price book value* ( $\beta = -0,003448$ ;  $\text{sig} > 0,10$ ) e prejuízo da empresa ( $\beta = -0,042964$ ;  $\text{sig} > 0,10$ ) não são estatisticamente relevantes no valor dos honorários no caso das maiores empresas cotadas a nível europeu.

**Tabela 4 - Resultados da regressão do modelo da qualidade da auditoria**

Variáveis	Predição	DA	Predição	LOGFEE
<i>C</i>		0,078636 (0,0005) <sup>***</sup>		1,211847 (0,000) <sup>***</sup>
<i>G</i>	+	0,010372 (0,0792) <sup>*</sup>	-	-0,059257 (0,3460)
<i>ELD</i>	-	-0,000581 (0,8441)	+	0,014112 (0,0637) <sup>*</sup>
<i>EDA</i>	-	-0,002535 (0,4686)	-	-0,040443 (0,2779)
<i>EXP</i>	+	0,000201 (0,1747)	-	-0,000707 (0,6543)
<i>LEV</i>	-	-0,001826 (0,8560)	+	0,449225 (0,000) <sup>***</sup>
<i>CHGSALES</i>	+	0,019188 (0,000) <sup>***</sup>	-	-0,205737 (0,000) <sup>***</sup>
<i>SIZE</i>	-	-0,008499 (0,0037) <sup>***</sup>	+	0,710938 (0,000) <sup>***</sup>
<i>ROA</i>	-	-0,049810 (0,1344)	+	0,194883 (0,5821)
<i>PBV</i>	+	0,000053 (0,7898)	-	-0,003448 (0,1038)
<i>LOSS</i>	+	0,011608 (0,1509)	-	-0,042964 (0,6175)
<i>DY</i>		Incluído		Incluído
<i>DC</i>		Incluído		Incluído
<i>N</i>		534		534
<i>R<sup>2</sup> Ajustado</i>		0,129601		0,702377
<i>F-Statistic</i>		3,8343 <sup>***</sup>		45,923 <sup>***</sup>

\*\*\*significativo a um nível de 0,01; \*\* significativo a um nível de 0,05; \* significativo a um nível de 0,10

Neste estudo foi também utilizado o método *stepwise* (passo-a-passo) para correr a regressão, onde apenas os melhores modelos são hierarquizados e as variáveis não-significativas ( $\text{sig} > 0,10$ ) são excluídas. Ou seja, cada variável que entra no modelo é retida caso o melhora ou é eliminada se nada contribui para a significância global do modelo. Os resultados obtidos por este método são equivalentes aos obtidos pelo método dos mínimos quadrados, como é comprovado pelos resultados presentes no Anexo 1.

## 5. Conclusão

Dado a constante incerteza no ambiente empresarial, o papel da auditoria externa torna-se cada vez mais importante na garantia da conformidade da informação financeira divulgada pelas empresas. O objetivo deste estudo é a análise da relação entre as características do auditor e a qualidade da auditoria, com base nas empresas cotadas europeias de maior dimensão. Os auditores são responsáveis pela fiabilidade das demonstrações financeiras, o que justifica a pertinência deste estudo.

A literatura é divergente na relação entre as características do auditor, que acreditam que possam ter impacto na sua *performance*, e a qualidade da auditoria. A relação das características género, formação académica e experiência profissional do auditor com a qualidade da auditoria, mensurada a partir dos *proxies* acréscimos discricionários e honorários dos auditores, foi a base desta pesquisa. Neste estudo foi utilizada uma amostra de 534 observações de empresas que fazem parte do índice *Stoxx® Europe 600* entre os períodos de 2013 e 2017.

No que diz respeito à qualidade da auditoria mensurada a partir do valor absoluto de acréscimos discricionários, os resultados permitem concluir que existe evidência estatística que o género do auditor influencia a qualidade da auditoria. Como tal, é possível concluir que quando o auditor responsável é do sexo feminino, este confere uma maior qualidade dos resultados divulgados pela empresa, o que providência uma maior qualidade da auditoria. Esta evidência é consistente com a literatura revelando que, em contextos culturalmente tipificados, auditores do sexo feminino processam as informações com maior eficácia e são significativamente mais conservadoras, garantindo uma maior qualidade dos resultados (Gold et al., 2009; Ittonen et al., 2013; Karjalainen et al., 2011). Adicionalmente, auditores do sexo masculino são mais facilmente influenciados e menos avessos ao risco, o que afeta negativamente a qualidade do julgamento da auditoria (Hardies et al., 2016).

No que diz respeito à qualidade da auditoria analisada a partir do logaritmo dos honorários, os resultados obtidos permitem concluir que o grau académico do auditor influencia a qualidade da auditoria. Este resultado permite inferir que quanto mais elevado for o grau académico do auditor maior o valor dos honorários cobrados. Estudos anteriores revelam

que um aumento da formação académica permite um maior enriquecimento das capacidades de comunicação, de pensamento crítico e de análise dedutiva (Digabriele, 2008). No seguimento desta ideia, é claro que o nível de grau académico do auditor influencie o processo de tomada de decisão e, conseqüentemente, providencie uma auditoria de maior qualidade.

Neste estudo, não existem evidências estatísticas suficientes que permitam concluir que a experiência profissional e a área de formação académica interfiram significativamente na qualidade da auditoria. Uma possível justificação para os resultados pode-se dever ao facto de a pesquisa restringir-se ao auditor responsável e, não considerar a equipa de campo que desenvolve um trabalho de auditoria fulcral. Esta equipa é o elemento chave na seleção da informação e, podem ter um grande impacto na qualidade da auditoria que não é considerado no modelo estruturado neste estudo.

A principal dificuldade deste estudo está relacionada com a recolha de informações das características dos auditores. Muitos dos auditores que auditaram as empresas que compõem o índice *Stoxx® Europe 600* não divulgam a informação necessária para o estudo de uma forma clara ou não divulgam de todo, o que restringe a dimensão da amostra, dificultando a obtenção de resultados conclusivos. Uma outra limitação é que a análise da formação do auditor e, o conhecimento inerente ao seu nível educacional, é bastante subjetiva. Existem muitos efeitos combinados que interferem no nível de conhecimento, isto é, outras características relevantes, mas não observáveis, como por exemplo, a inteligência e as habilidades inatas que interferem no desempenho do auditor.

Para pesquisas futuras seria interessante ampliarem este estudo a empresas não cotadas. Estas empresas, na sua maioria, são auditadas por auditorias de menor dimensão e apresentam uma menor visibilidade no mercado financeiro. Conseqüentemente, estas auditorias representam um menor risco de litígio e de reputação para o auditor e, a qualidade da auditoria passa a ter uma maior dependência das características e capacidades do auditor.

## 6. Bibliografia

- Abdolmohammadi, M., & Wright, A. (1987). An examination of the effects of experience and task complexity and audit judgment. *Accounting Review*, 1–13.
- Adams, R. B., & Funk, P. (2012). Beyond the glass ceiling: Does gender matter? *Management Science*, 58(2), 219–235.
- Antle, R., Gordon, E., Narayanamoorthy, G., & Zhou, L. (2006). The joint determination of audit fees, non-audit fees, and abnormal accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 27(3), 235–266.
- Antle, R., & Nalebuff, B. (1991). Conservatism and auditor-client negotiations. *Journal of Accounting Research*, 29(3), 31–54.
- Arens, Elder, Beasley, & Hegazy. (2009). *Auditing and Assurance Services Assignment: an Integrated Approach*, Boston, MA: McGraw-Hill Irwin.
- Arthur, N., Tang, Q., & Lin, Z. S. (2015). Corporate accruals quality during the 2008–2010 Global Financial Crisis. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 25, 1–15.
- Balsam, S., Krishnan, J., & Yang, J. S. (2003). Auditor industry specialization and earnings quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 22(2), 71–97.
- Bartov, E., Gul, F., & Tsui, J. (2000). Discretionary-Accruals Models and Audit Qualifications. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3), 421–452.
- Barua, A., Davidson, L. F., Rama, D. V., & Thiruvadi, S. (2010). CFO Gender and Accruals Quality. *Accounting Horizons*, 24(1), 25–39.
- Becker, C., DeFond, M., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15(1), 1–24.
- Bedard, J. (1989). Expertise in Auditing: Myth or Reality? *Accounting, Organizations and Society*, 14(1–2), 113–131.
- Bedard, J. (1991). Expertise and its relation to audit decision quality. *Contemporary Accounting Research*, 8(1), 198–222.
- Beneish, M. D. (1997). Detecting GAAP violation: Implications for assessing earnings management among firms with extreme financial performance. *Journal of Accounting and Public Policy*, 16(3), 271–309.
- Bernardi, R. A., & Arnold, D. F. (1997). An examination of moral development within public accounting by gender, staff level, and firm. *Contemporary Accounting Research*, 14(4), 653–668.
- Bhaumik, S. K., & Gregoriou, A. (2010). “Family” ownership, tunnelling and earnings management: A review of the literature. *Journal of Economic Surveys*, 24(4), 705–730.
- Bloom, B. S. (1971). *Handbook on formative and summative evaluation of student learning*.

- Bortolon, P. M., Sarlo Neto, A., & Barreto, T. S. (2013). Audit Costs and Corporate Governance. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 24(61), 27–36.
- Bowen, R., Rajgopal, S., & Venkatachalam, M. (2008). Accounting discretion, corporate governance, and firm performance. *Contemporary Accounting Research*, 25(2), 310–405. <https://doi.org/10.1506/car.25.2.4>
- Boyle, D., & Canning, M. (2005). The Impact of Audit Education on Perceptions of Deficient Auditor Performance. *The Irish Accounting Review*, 12(1), 15–37.
- Bradshaw, M. T., Richardson, S. A., & Sloan, R. G. (2001). Do analysts and auditors use information in accruals? *Journal of Accounting Research*, 39(1), 45–74. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.00003>
- Brandt, T., & Laiho, M. (2013). Gender and personality in transformational leadership context: An examination of leader and subordinate perspectives. *Leadership and Organization Development Journal*, 34(1), 44–66.
- Bröcheler, V., Majoor, S., & Witteloostuijn, A. (2004). Auditor human capital and audit firm survival. The Dutch audit industry in 1930-1992. *Accounting, Organizations and Society*, 29(7), 627–646.
- Brown, V. L., Gissel, J. L., & Gordon, D. N. (2016). Audit quality indicators: perceptions of junior-level auditors. *Managerial Auditing Journal*, 31(8–9), 949–980.
- Cahan, S. F., & Sun, J. (2015). The Effect of Audit Experience on Audit Fees and Audit Quality. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 30(1), 78–100.
- Callen, J. L., Robb, S. W. G., & Segal, D. (2008). Revenue manipulation and restatements by loss firms. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 27(2), 1–29.
- Caramanis, C., & Lennox, C. (2008). Audit effort and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 45, pp. 116–138.
- Carcello, J. V., & Neal, T. L. (2003). Audit Committee Characteristics and Auditor Dismissals Following “New” Going-Concern Reports. *The Accounting Review*, 78(1), 95–117.
- Carey, P., & Simnett, R. (2006). Audit partner tenure and audit quality. *The Accounting Review*, 81(3), 653–676.
- Carey, P., Simnett, R., & Tanewski, G. A. (2000). Voluntary Demand for Internal and External Auditing by Family Businesses. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19, 36–51.
- Carpenter, B. W., & Dirsmith, M. W. (1992). Early debt extinguishment transactions and auditor materiality judgments: A bounded rationality perspective. *Accounting, Organizations and Society*, 17(8), 709–739.
- Carter Hill, R., & Judge, G. (1987). Improved prediction in the presence of multicollinearity. *Journal of Econometrics*, 35(1), 83–100.
- Che, L., Langli, J. C., & Svanström, T. (2018). Education, experience, and audit effort. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 37(3), 91–115.

- Chen, K. Y., Lin, K.-L., & Zhou, J. (2005). Audit quality and earnings management for Taiwan IPO firms. *Managerial Auditing Journal*, 20(1), 86–104.
- Chen, X., Dai, Y., Kong, D., & Tan, W. (2017). Effect of international working experience of individual auditors on audit quality: Evidence from China. *Journal of Business Finance and Accounting*, 44(7–8), 1073–1108.
- Chin, C., & Chi, H. (2008). *Sex Matters: Gender Differences in Audit Quality*. Anaheim.
- Choi, J. H., Kim, C., Kim, J. B., & Zang, Y. (2010). Audit office size, audit quality, and audit pricing. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29(1), 73–97.
- Choo, F., & Trotman, K. T. (1991). The relationship between knowledge structure and judgments for experienced and inexperienced auditors. *The Accounting Review*, 66(3), 464–485.
- Chu, J., Florou, A., & Pope, P. (2017). Does Accounting Education add Value in Auditing? Evidence from the UK. *University of Cambridge, King's College London, and Lancaster University*.
- Chua, W. F. (1986). Radical Development in Accounting Thought. *The Accounting Review*, Vol. 61, pp. 601–632.
- Chung, J., & Monroe, G. S. (2001). A Research Note on the Effects of Gender and Task Complexity on an Audit Judgment. *Behavioral Research in Accounting*, 13(1), 111–125.
- Church, B. K., Davis, S. M., & McCracken, S. A. (2008). The auditor's reporting model: A literature overview and research synthesis. *Accounting Horizons*, 22(1), 69–90.
- Cianci, A. M., & Bierstaker, J. (2009). Auditors' Efficiency Motivated Evaluation. *Advances in Accounting, Incorporating Advances in International Accounting*, 25(1), 20–27.
- Costa, T. (2011). *O pressuposto da continuidade e o auditor: estudo de um caso real*.
- Cutler, D. M., & Lleras-Muney, A. (2010). Understanding differences in health behaviors by education. *Journal of Health Economics*, 29(1), 1–28.
- Davidson, R. A., & Neu, D. (1993). A Note on the Association between Audit Firm Size and Audit Quality. *Contemporary Accounting Research*, 9(2), 479–488.
- Davis, J. T. (1996). Experience and Auditors' Selection of Relevant Information for Preliminary Control Risk Assessments. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 15(1).
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183–199.
- Dechow, P., & Dichev, I. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The Accounting Review*, 77, 35–59.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2), 344–401.

- Dechow, P., Sloan, R., & Sweeney, A. (1996). Causes and consequences of earnings manipulation: An analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. *Contemporary Accounting Research*, 13(1), 1–36.
- DeFond, M. L. (2010). Earnings Quality Research: Advances, Challenges and Future Research By. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 402–409.
- DeFond, M., Raghunandan, K., & Subramanyam, K. (2002). Do Non-Audit Service Fees Impair Auditor Independence? Evidence from Going Concern Audit Opinions. *Journal of Accounting Research*, 40(4), 1247–1274.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2013). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2–3), 275–326.
- Diamond, M. (2005). Accounting education, research and practice: After Enron, where do we go? *European Accounting Review*, 14(2), 353–362.
- Digabriele, J. A. (2008). An Empirical Investigation of the Relevant Skills of Forensic Accountants. *Journal of Education for Business*, 83(6), 331–338.
- Dobre, F. (2015). Are financial audit elements and corporate governance policies solutions for the economic crisis? *Theoretical and Applied Economics*, 22(2), 275–284.
- Dye, R. A. (1991). Informationally motivated auditor replacement. *Journal of Accounting and Economics*, 14(4), 347–374.
- Eraut, M. (2012). Transfer of knowledge from education to workplace settings. *Knowledge, Values and Educational Policy. Routledge*, (1), 75–94.
- Farmer, T. A., Rittenberg, L. E., & Trompeter, G. M. (1987). An Investigation of the impact of economic and organizational-factors on auditor independence. *Auditing - A Journal of Practice & Theory*, 7(1), 1–14.
- Farrell, K. A., & Hersch, P. L. (2005). Additions to Corporate Boards: Does Gender Matter? *SSRN Electronic Journal*, 0490(402).
- Financial Reporting Council (FRC). (2006). *Promoting Audit Quality. Discussion Paper*.
- Financial Reporting Council (FRC). (2008). *The Audit Quality Framework*.
- Francis, J. R. (2004). What do we know about audit quality? *The British Accounting Review*, 36(4), 345–368.
- Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big 4 Office Size and Audit Quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521–1552.
- Frederick, D. M., Heiman-Hoffman, V. B., & Libby, R. (1994). The Structure of Auditors Knowledge of Financial Statement Errors. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 13(1), 1–21.
- Gammie, E., & Kirkham, L. (2008). Breaking the link with a university education in the creation of a chartered accountant: the ICAS story. *The British Accounting Review*, 40(4), 356–375.
- Geiger, M. A., & Raghunandan, K. (2002). Auditor Tenure and Audit Reporting Failures. *A Journal of Practice & Theory*, 21(2), 67–78.

- Gold, A., Hunton, J. E., & Gomaa, M. I. (2009). The impact of client and auditor gender on auditors' judgments. *Accounting Horizons*, 23(1), 1–18.
- Gramling, A., Schatzberg, J., & Wallace, W. (1996). The Role of Undergraduate Auditing Coursework Reducing the Expectations Gap. *Issues in Accounting Education*, 11(1), 131–162.
- Guan, Y., Su, L. N., Wu, D., & Yang, Z. (2016). Do school ties between auditors and client executives influence audit outcomes? *Journal of Accounting and Economics*, 61(2–3), 506–525.
- Gul, F. A., Kim, J. B., & Qiu, A. A. (2010). Ownership concentration, foreign shareholding, audit quality, and stock price synchronicity: evidence from China. *Journal of Financial Economics*, 95(3), 425–442.
- Gul, F., Wu, D., & Yang, Z. (2013). Do Individual Auditors Affect Audit Quality? Evidence from Archival Data. *The Accounting Review*, 88(6), 1993–2023.
- Hardies, K., Breesch, D., & Branson, J. (2009). Are Female Auditors Still Women? Analyzing the sex differences affecting audit quality. *Faculty of Economic, Social and Political Sciences, and Solvay Business School, Free University of Brussels*, 32.
- Hardies, K., Breesch, D., & Branson, J. (2016). Do (Fe)Male Auditors Impair Audit Quality? Evidence from Going-Concern Opinions. *European Accounting Review*, 25(1), 7–34.
- Hassas, Y. Y., & Jafari, V. (2007). Audit quality: a review of the literature. *Stock Exchange Quarterly*, 9(3), 38–45.
- Healy, P., & Wahlen, J. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365–383.
- Hoitash, R., Markelevich, A., & Barragato, C. A. (2007). Auditor fees and audit quality. *Managerial Auditing Journal*, 22(8), 761–786.
- Howieson, B. (2003). Accounting practice in the new millennium: Is accounting education ready to meet the challenge? *The British Accounting Review*, 35(2), 69–103.
- Hribar, P., & Collins, D. (2002). Errors in Estimating Accruals : Implications for Empirical Research. *Journal of Accounting Research*, 40(1), 105–135.
- Ittonen, K., Vähämaa, E., & Vähämaa, S. (2013). Female auditors and accruals quality. *Accounting Horizons*, 27(2), 205–228.
- Jaggi, B., Mitra, S., & Hossain, M. (2015). Earnings quality, internal control weaknesses and industry-specialist audits. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 45(1), 1–32.
- Jeppesen, L. (2007). Organizational risk in large audit firms. *Managerial Auditing Journal*, 22(6), 509–603.
- Jianakoplos, N. A., & Bernasek, A. (1998). Are women more risk averse? *Economic Inquiry*, 36(4), 620–630.

- Jiraporn, P., Miller, G. A., Yoon, S. S., & Kim, Y. S. (2007). Is earnings management opportunistic or beneficial? An agency theory perspective. *International Review of Financial Analysis*, 17(3), 622–634.
- Jones, J. J. (1991). Earnings Management During Import Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193–228.
- Jost, J. T., & Kay, A. C. (2005). Exposure to benevolent sexism and complementary gender stereotypes: Consequences for specific and diffuse forms of system justification. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88(3), 498–509.
- Kabir, M. H. (2011). Positive Accounting Theory and Science: A Comparison. *Journal of Centrum Cathedra*, (April 2011).
- Karjalainen, J., Niskanen, M., & Karjalainen, J. (2011). Auditor gender and corporate earnings management behavior in private Finnish firms. *Managerial Auditing Journal*, 26(9), 778–793.
- Knechel, R. (2000). Behavioral Research in Auditing and Its Impact on Audit Education. *Issues in Accounting Education*, 15(4), 695–712.
- Knechel, R. (2009). Audit lessons from the economic Crisis : Rethinking audit quality. *Maastricht University Inaugural Lecture*.
- Knechel, R., Niemi, L., & Zerni, M. (2013). Empirical evidence on the implicit determinants of compensation in Big 4 audit partnerships. *Journal of Accounting Research*, 51(2), 349–387.
- Knechel, R., & Vanstraelen, A. (2007). The relationship between auditor tenure and audit quality implied by going concern opinions. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 26(1), 113–132.
- Kothari, S. P., Leone, A., & Wasley, C. (2005). Performance Matched Accruals Measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39, 163–197.
- Krishnan, J., & Krishnan, J. (1996). The Role of Economic Trade-Offs in the Audit Opinion Decision: An Empirical Analysis. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 11(4), 565–586.
- Li, L., Qi, B., Tian, G., & Zhang, G. (2017). The Contagion Effect of Low-Quality Audits at the Level of Individual Auditors. *The Accounting Review*, 92(1), 137–163.
- Li, S. F. (2010). Determinants of management's preferences for an earnings threshold. *Review of Accounting and Finance*, 9(1), 33–49.
- Libby, R., & Frederick, D. M. (1990). Experience and the Ability to Explain Audit Findings. *Journal of Accounting Research*, 28(2), 348–367.
- Lichtenstein, S., & Fischhoff, B. (1977). Do those who know more also know more about how much they know? *Organizational Behavior and Human Performance*, 20(2), 159–183.
- Lim, C. Y., & Tan, H. T. (2010). Does auditor tenure improve audit quality? Moderating effects of industry specialization and fee dependence. *Contemporary Accounting Research*, 27(3), 923–957.

- Liu, S. (2017). An Empirical Study: Auditors' Characteristics and Audit Fee. *Open Journal of Accounting*, 06(02), 52–70.
- Madhogarhia, P., Sutton, N. K., & Kohers, T. (2009). Earnings management practices among growth and value firms. *Applied Financial Economics*, 19(22), 1767–1778.
- Magee, R. P., & Tseng, M.-C. (1990). Audit pricing and independence. *Accounting Review*, 315–336.
- Mahdavi, G., & Houshmand, A. (2012). The Impact of national auditing standards on the quality of auditors' opinions: Iranian experience. *African Journal of Business Management*, 6(29), 8620–8629.
- Maijor, S. J., & Vanstraelen, A. (2006). Earnings management within Europe: The effects of member state audit environment, audit firm quality and international capital markets. *Accounting and Business Research*, 36(1), 33–52.
- Matsumoto, D. A. (2002). Management's incentives to avoid negative earnings surprises. *Accounting Review*, 77(3), 483–514.
- McKnight, C. A., & Wright, W. F. (2011). Characteristics of relatively high-performance auditors. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(1), 191–206.
- Menon, K., & Williams, D. D. (1994). The insurance hypothesis and market prices. *The Accounting Review*, 69, 327–342.
- Morgan, J., & Stocken, P. (1998). The effects of business risk on audit pricing. *Review of Accounting Studies*, 3(4), 365–385.
- Nelson, M., & Tan, H. T. (2005). Judgment and decision making research in auditing: A task, person, and interpersonal interaction perspective. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 24(1), 41–71.
- Newman, D. P., Patterson, E. R., & Smith, J. R. (2005). The role of auditing in investor protection. *The Accounting Review*, 80(1), 289–313.
- Okolie, A. O. (2014). Auditor tenure, auditor independence and accrual – based earnings management of quoted companies in Nigeria. *European Journal of Accounting Auditing and Finance Research*, 2(2), 63–90.
- Olsen, R. A., & Cox, M. C. (2001). The influence of gender on the perception and response to investment risk: The case of professional investors. *Journal of Psychology and Financial Markets*, 2(1), 29–36.
- Palmrose, Z.-V. (1988). 1987 Competitive Manuscript Co-Winner: An analysis of auditor litigation and audit service quality. *Accounting Review*, 55–73.
- Payne, J. L. (2002). Accounting Accruals: The Influence of Going-Concern Audit Opinions and Audit Quality. *Accounting Enquiries, Accounting & Tax*, 11(1, Fall/Winter).
- Peni, E., & Va, S. (2010). Female executives and earnings management. *Managerial Finance, Patrinton*, 36(7), 629–645.

- Pierce, B., & Sweeney, B. (2010). The Relationship between Demographic Variables and Ethical Decision Making of Trainee Accountants. *International Journal of Auditing*, 14 (1), 79–99.
- Reichelt, K. J., & Wang, D. (2010). National and office-specific measures of auditor industry expertise and effects on audit quality. *Journal of Accounting Research*, 48(3), 647–686.
- Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2001). Does Size Matter? The Influence of Large Clients on Office-Level Auditor Reporting Decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 30, 375–400.
- Rodríguez-Domínguez, L., García-Sánchez, I. M., & Gallego-Álvarez, I. (2012). Explanatory factors of the relationship between gender diversity and corporate performance. *European Journal of Law and Economics*, 33(3), 603–620.
- Rose, C. (2007). Does female board representation influence firm performance? The Danish evidence. *Corporate Governance: An International Review*, 15(2), 404–413.
- Ryu, T. G., & Roh, C.-Y. (2007). The Auditor's Going-Concern Opinion Decision. *International Journal of Business and Economics*, 6(2), 89–101.
- Salehi, M., Bahrami, M., & Alizadeh, F. (2016). The effect of academic education on employers' satisfaction and audit quality in Iran. *Industrial and Commercial Training*, 48(5), 249–256.
- Sarah, B., & Lewis, B. (1990). Determinants of auditor expertise. *Journal of Accounting Research* 28, 14(1), 89–137.
- Schelker, M. (2013). Auditors and Corporate Governance: Evidence from the Public Sector. *Kyklos*, 66(2), 275–300.
- Schipper, K. (1989). Commentary on earnings management. *Accounting Horizons*, 3, 91–102.
- Seabright, M. A., Levinthal, D. A., & Fichman, M. (1992). Role of Individual Attachments in the Dissolution of Interorganizational Relationships. *Academy of Management Journal*, 35(1), 122–160.
- Seetharaman, A., Gul, F. A., & Lynn, S. G. (2002). Litigation risk and audit fees: Evidence from UK firms cross-listed on US markets. *Journal of Accounting and Economics*, 33, 91–115.
- Shaw, K. L. (1984). A formulation of the earnings function using the concept of occupational investment. *Journal of Human Resources*, 319–340.
- Shi, D., & Cheng, J. (2011). The Effect of Auditor's Gender Composition on the Audit Quality and Audit Fees: Empirical Evidence from China. *Journal of Audit and Economics*, 5.
- Simnett, R. (1996). The effect of information selection, information processing and task complexity on predictive accuracy of auditors. *Accounting, Organizations and Society*, 21(7–8), 699–719.
- Simunic, D. A. (1980). The Pricing of Audit Services: Theory and Evidence. *Journal of Accounting Research*, 18(1), 161.

- Simunic, D., & Stein, M. (1996). Impact of litigation risk on audit pricing: A review of the economics and the evidence. *Auditing*, 15, 119.
- Sloan, R. G. (1996). Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? *Accounting Review*, 71(3), 289–315.
- Spence, M. (1974). *Market Signaling, Information Transfer in Hiring and Related Processes*. (Harvard University Press, Ed.). Cambridge.
- Stacey, R., & Griffin, D. (2008). *Complexity and the experience of values, conflict and compromise in organizations*. Routledge.
- Staubus, G. J. (2005). Ethics failures in corporate financial reporting. *Journal of Business Ethics*, 57(1), 5–15.
- Sweeney, B., & Pierce, B. (2010). The Impact of Perceived Ethical Culture of the Firm and Demographic Variables on Auditors' Ethical Evaluation and Intention to Act Decisions. *Journal of Business Ethics*, 93 (4), 531–551.
- Tackett, J., Wolf, F., & Claypool, G. (2004). Sarbanes-Oxley and audit failure: A critical examination. *Managerial Auditing Journal*, 19(3), 340–350.
- Tendeloo, B. Van, & Vanstraelen, A. (2008). Earnings Management and Audit Quality in Europe : Evidence from the Private Client Segment Market Earnings Management and Audit Quality in Europe : Evidence from the Private Client Segment Market. *European Accounting Review*, 17(3), 447–468.
- Troy, C., Smith, K. G., & Domino, M. A. (2011). CEO demographics and accounting fraud: Who is more likely to rationalize illegal acts? *Strategic Organization*, 9(4), 259–282.
- Umar, A., & Anandarajan, A. (2004). Dimensions of pressures faced by auditors and its impact on auditors' independence. *Managerial Auditing Journal*, 19(1), 99–116.
- Watts, R L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131–156.
- Watts, Ross L., & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive accounting theory*.
- White, M. J., & White, G. B. (2006). Implicit and Explicit Occupational Gender Stereotypes. *Sex Roles*, 55(3), 259–266.
- Williams, P. J. S. H. (2000). Job Satisfaction , Comparison Earnings , and Gender. *Labour*, 14(3), 473–502.
- Woodliff, D., & Monrae, G. (2009). The Effect of Education on the Audit Expectation Gap. *Accounting and Finance*, 33(1), 61–78.
- Wright, A., & Wright, S. (1997). An Examination of Factors Affecting the Decision to Waive Audit Adjustments. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 12(1), 15–36.
- Ye, K., Cheng, Y., & Gao, J. (2014). How individual auditor characteristics impact the likelihood of audit failure: Evidence from China. *Advances in Accounting*, Vol. 30, pp. 394–401.

**Anexo**

*Anexo 1 - Resultados da regressão: método stepwise*

**Painel A: Variável dependente - |DA|**

	Coeficientes não-estandardizados		Coeficientes estandardizados	<i>t</i>	<i>p</i>	IC <sub>95%</sub> (B)	
	B	SE	$\beta$			Limite inferior	Limite superior
<i>C</i>	-0,017	0,007		-2,333	0,020	-0,032	-0,003
<i>G</i>	0,020	0,008	0,108	2,578	0,010	0,005	0,035
<i>CHGSALES</i>	0,028	0,007	0,180	4,264	<0,001	0,015	0,041
<i>LOSS</i>	-0,024	0,010	-0,107	-2,527	0,012	-0,043	-0,005
<i>N</i>		534					
<i>R<sup>2</sup> Ajustado</i>		0,054					
<i>F-Statistic</i>		11,191***					

*Coeficientes de regressão não-estandardizados e estandardizados, com o respetivo nível de significância e intervalos com 95% de confiança.*

**Painel B: Variável dependente - LOGFEE**

	Coeficientes não-estandardizados		Coeficientes estandardizados	<i>t</i>	<i>p</i>	IC <sub>95%</sub> (B)	
	B	SE	$\beta$			Limite inferior	Limite superior
<i>C</i>	1,663	0,231		7,210	<0,001	1,210	2,116
<i>EDL</i>	0,159	0,045	0,113	3,518	<0,001	0,007	0,148
<i>CHGSALES</i>	-0,221	0,063	-0,112	-3,518	<0,001	-0,344	-0,097
<i>SIZE</i>	0,699	0,033	0,675	20,986	<0,001	0,633	0,764
<i>N</i>		534					
<i>R<sup>2</sup> Ajustado</i>		0,463					
<i>F-Statistic</i>		154,470***					

*Coeficientes de regressão não-estandardizados e estandardizados, com o respetivo nível de significância e intervalos com 95% de confiança.*